



JORNAL DO MUNICÍPIO

ANO 7 - NÚMERO 98 - ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL - 29/JULHO/1998

Prefeitura lança Caxias + Verde

Projeto prevê o plantio de 30 mil mudas de árvores nos próximos dois anos para rearborizar a cidade.

O crescimento desordenado ao longo das últimas duas décadas, aliado à falta de planejamento do poder público levou o município a uma triste realidade: o baixo

índice de arborização da cidade. Caxias do Sul dispõe hoje de aproximadamente sete mil árvores na região urbana, sendo que 33% estão localizadas no anel central, entre as ruas Tronca, Ernesto Alves, 13 de Maio e Feijó Júnior. Os ligustres, que representam 80% das espécies plantadas, estão envelhecidos (com uma idade média de 40 anos). E, portanto, necessitam de renovação. Mas esta discussão arrastou-se há, no mínimo, 15 anos sem que qualquer iniciativa fosse tomada.

Preocupada com esta realidade, a Secretaria de Serviços Públicos Urbanos (SSPU) está lançando no próximo dia 6 de agosto o Caxias + Verde. Elaborado ao longo de seis meses por uma comissão composta pelas mais diversas áreas técnicas, o projeto de rearborização visa a embelezar a cidade e preparar um ambiente mais agradável para as futuras gerações.

O programa prevê o plantio de 30 mil árvores ao longo dos próximos dois anos. Ao todo serão 13 espécies, definidas de acordo com o perfil de cada região e localização na quadra (respeitando entradas de garagens, placas de sinalização e fiação elétrica). Todas as plantas receberão proteção de um gradil de arame galvanizado e trançado. A empresa vencedora da licitação para o plantio das árvores, Giani - Peças e Serviços para Eletrodomésticos Ltda., poderá comercializar as placas de publicidade junto as telas por um período de dois anos. Os locais destinados ao plantio serão a área central, perimetrais e radiais e bairros.

A discussão do Caxias + Verde contou com a participação da Secretaria de Serviços Públicos Urbanos, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal da Agricultura, Universidade de Caxias do Sul, Emater, Companhia Estadual de Energia Elétrica, Ibama, Associação Caxiense de Proteção Ambiental e Associação dos Engenheiros Agrônomos da Encosta Superior do Nordeste Gaúcho.

PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 48 107

ALDORI GONÇALVES DOS REIS
Anula Portaria que concedeu aposentadoria, determinando a reversão ao Serviço Público Municipal.

MANSUETO DE CASTRO SERAFINI FILHO, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere, anula a contar de 1º de dezembro de 1992, a Portaria nº 43.536, de 19 de outubro de 1990, que concedeu aposentadoria ao servidor ALDORI GONÇALVES DOS REIS, matrícula nº 1226-2, e determina a sua reversão ao Serviço Público Municipal, lotando-o na Secretaria Municipal dos Serviços Públicos Urbanos, no cargo de Jardineiro, padrão 03, em cumprimento a decisão prolatada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme o disposto nos artigos 39, 40 e 41, todos da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 02 de dezembro de 1992.

Dr. Mansueto de Castro Serafini Filho
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 59.057

APOSENTA SERVIDOR COM PROVENTOS INTEGRAIS.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta no Processo nº 98/2503-8, concede aposentadoria por tempo de serviço, a contar de 02 de março de 1998, o servidor ABRAMO GIRARDI, matrícula 564, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, regime jurídico estatutário, regime horário de trinta e três (33) horas semanais, com proventos mensais integrais, correspondentes ao Cargo de Tarefeiro, acrescidos de doze (12) avanços, equivalente a sessenta por cento (60%), conforme artigo 118; dois (02) avanços, equivalente a dez por cento (10%), conforme artigo 121; gratificação adicional de trinta e cinco por cento (35%), conforme artigo 122, todos da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e incorporação de cem por cento (100%) da Função Gratificada de símbolo FG-2, de Chefe do Setor de Loteamentos Irregulares da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, criada pelo artigo 32, da Lei nº 2.266, de 29 de dezembro de 1975, bem como artigo 127, parágrafo 1º, letra "a", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991, fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "a", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "a", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.747, de 27 de novembro de 1997. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "a", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "a", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 231, inciso III, letra "a", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de março de 1998.

PORTARIA Nº 59.415

RETIFICA PORTARIA Nº 57.366

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e cumprindo determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, através do processo nº 8943-02.00/90-2, retifica a Portaria nº 57.366, de 05 de novembro de 1996, que aposentou o servidor ALDORI GONÇALVES DOS REIS, mat. 1266, sendo os proventos proporcionais a 10.950 (dez mil, novecentos e cinquenta) dias, totalizando os proventos R\$ 616,04 (seiscentos e dezesseis reais e quatro centavos), sendo a fundamentação da incorporação do adicional de insalubridade o art. 161 e excluir o art. 239 da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991, e não como constou.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 29 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.407

RETIFICA PORTARIA Nº 54.995

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e cumprindo determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, através do processo nº 3165-02.00/94-2, retifica a Portaria nº 54.995, de 25 de janeiro de 1995, que aposentou a servidora ALEXANDRE PEREIRA DE MORAES, mat. 0417, sendo o percentual de incorporação da Função Gratificada de símbolo FG-02, totalizando seus proventos Cr\$ 38.160,17 (trinta e oito mil, cento e sessenta cruzeiros e dezesseis centavos), e não como constou.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 18 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.051

APOSENTA SERVIDORA COM PROVENTOS INTEGRAIS.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta no Processo nº 98/2578-8, concede aposentadoria por tempo de serviço, por contar com mais de nove mil, cento e vinte e cinco (9.125) dias, a contar de 02 de março de 1998, à servidora ANITA TRENTIN, matrícula 3670, lotada na Secretaria Municipal de Educação, regime jurídico estatutário, carga-horária de vinte (20) horas semanais, com proventos mensais integrais, correspondentes ao Cargo de Professor G1, Área I, acrescidos de oito (08) avanços, equivalente a quarenta por cento (40%), conforme artigo 118; dois (02) avanços, equivalente a dez por cento (10%), conforme artigo 121; gratificação adicional de trinta e cinco por cento (35%), conforme artigo 122, todos da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "b", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "b", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 237, inciso I, letra "d", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.747, de 27 de novembro de 1997. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "b", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "b", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; e artigo 231, inciso III, letra "b" da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de março de 1998.

PORTARIA Nº 59.386

APOSENTA SERVIDOR, POR IDADE, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta do Processo nº 98/7999-1, aposentada, por idade, a contar de 1º de junho de 1998, o servidor ANTONIO CECINATTO SOBRINHO, matrícula 5452, com proventos proporcionais a sete mil, novecentos e oitenta (7.980) dias de serviço, lotado na Secretaria Municipal da Administração, devendo perceber na inatividade os proventos proporcionais correspondentes ao cargo de Vigilante, padrão 02, regime horário de quarenta (40) horas semanais, regime jurídico estatutário; acrescidos de três (03) avanços, equivalente a quinze por cento (15%), conforme artigo 118; incorporação do adicional noturno, conforme artigo 140 e 239, todos da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "d", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "d", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 237, inciso II, letra "e", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.859, de 28 de maio de 1998. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "d", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "d", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigos 93 e 231, inciso III, letra "d", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 08 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.273

APOSENTA SERVIDOR COM PROVENTOS PROPORCIONAIS

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta do Processo nº 98/2809-0, aposentada, a contar de 03 de março de 1998, o servidor CLÁUDIO LUIZ PESSÔA DE OLIVEIRA, matrícula 5208, com proventos proporcionais a doze mil trezentos e vinte e oito (12.328) dias de serviço, lotado na Secretaria Municipal de Administração, devendo perceber na inatividade os proventos proporcionais correspondentes ao cargo de Administrador, padrão 14, regime horário de trinta e três (33) horas semanais, regime jurídico estatutário; acrescidos de dez

(10) avanços, equivalente a cinquenta por cento (50%), conforme artigo 118; doi (02) avanços, equivalente a dez por cento (10%), conforme artigo 121; gratificação adicional de trinta e cinco por cento (35%), conforme artigo 122; incorporação de Regime Especial de Trabalho por Tempo Integral, conforme artigo 124 e 239, todos da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e incorporação de 1/3 do Cargo em Comissão de símbolo CC-9, criado pelo artigo 32, da Lei nº 2.266 de 29 de dezembro de 1975, bem como pelo artigo 70, parágrafo único, da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991, fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "c", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 237, inciso II, letra "d", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.747, de 27 de novembro de 1997. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "c", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 15, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 16, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigos 93 e 231, inciso III, letra "c", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 13 de maio de 1998.

PORTARIA Nº 59.408

RETIFICA PORTARIA Nº 58.533

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e cumprindo determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, através do processo nº 6383-02.00/93-0, retifica a Portaria nº 58.533, de 22 de dezembro de 1997, que aposentou a servidora CLEUDE TEREZINHA PAIM DE BONI, mat. 827, sendo os proventos proporcionais a 9.185 (nove mil, cento e oitenta e cinco) dias, totalizando os proventos R\$ 985,60 (novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), e sendo a incorporação de 40% (quarenta por cento) da Função Gratificada de símbolo FG-05, e não como constou.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 18 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 58.967

APOSENTA SERVIDORA, POR INVALIDEZ, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta no Processo nº 97/21268-9, aposentada, por invalidez, a contar de 11 de fevereiro de 1998, a servidora CLODOMIRA CAMARGO GARBIN, matrícula 2847, lotada na Secretaria Municipal da Educação, regime jurídico estatutário, regime horário de quarenta (40) horas semanais, com proventos mensais proporcionais a seis mil e vinte e nove (6.029) dias, correspondentes ao cargo de Servical, Padrão 01, acrescidos de cinco (05) avanços, equivalente a vinte e cinco por cento (25%), conforme artigo 118; gratificação adicional de dezoenove por cento (19%), conforme artigo 122; e incorporação do adicional de insalubridade, em grau médio, de vinte por cento (20%), conforme artigos 149, 150, inciso II e 161, todos da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991, sendo enquadrada no que preceitua os artigos 231, inciso I; 233, parágrafos 1º e 2º; e 237, inciso II, letra "a", da Lei Complementar 3.673, de 24 de junho de 1991; artigo 16, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil; e Lei Municipal nº 4.747, de 27 de novembro de 1997.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 05 de março de 1998.

PORTARIA Nº 59.056

APOSENTA SERVIDOR COM PROVENTOS INTEGRAIS.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta no Processo nº 98/3456-3, concede aposentadoria por tempo de serviço; a contar de 18 de março de 1998, o servidor DEMETRIO JACOB PERINI, matrícula 1175, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, regime jurídico estatutário, regime horário de trinta e três (33) horas semanais, com proventos mensais integrais, correspondentes ao Cargo de Administrador, padrão 14, acrescidos de oito (08) avanços, equivalente a quarenta por cento (40%), conforme artigo 118; gratificação adicional de dezoenove por cento (19%), conforme artigo 122; incorporação de regime especial de trabalho por tempo integral, conforme artigos 82, 85 e 86, todos da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e incorporação de oitenta por cento (80%) da Função Gratificada de símbolo FG-6, de Chefe do Serviço de Registros e Patrimônio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, criada pelo artigo 32, da Lei nº 2.266, de 29 de dezembro de 1975, bem como artigo 127, parágrafo 1º, letra "a", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991, fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "a", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "a", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 237, inciso I, letra "a", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.747, de 27 de novembro de 1997. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "a", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "a", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 231, inciso III, letra "a", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de março de 1998.

PORTARIA Nº 59.409

RETIFICA PORTARIA Nº 57.898

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e cumprindo determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, através do processo nº 8947-02.00/90-3, retifica a Portaria nº 57.898, de 14 de fevereiro de 1997, que aposentou o servidor GERALDO RECH RODRIGUES, mat. 6622, sendo os proventos proporcionais a 9.199 (nove mil, cento e noventa e nove) dias, totalizando os proventos Cr\$ 50.135,63 (cinquenta mil, cento e trinta cinco cruzeiros e sessenta e três centavos), sendo o número de avanços 07 (sete) equivalentes a 35% (trinta e cinco por cento) e gratificação adicional de 19% (dezenove por cento) e não como constou.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 18 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.406

RETIFICA PORTARIA Nº 58.054

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e cumprindo determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, através do processo nº 4575-02.00/94-4, retifica a Portaria nº 58.054, de 07 de abril de 1997, que aposentou a servidora HELOISE HELENE MACHADO, mat. 950, sendo os proventos proporcionais a 9.512 (nove mil quinhentos e doze) dias, totalizando os proventos R\$ 915,94 (novecentos e quinze reais e noventa e quatro centavos), e não como constou.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 18 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.404

APOSENTA SERVIDOR, POR INVALIDEZ, COM PROVENTOS INTEGRAIS.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta no Processo nº 98/9389-6, aposentada, por invalidez, a contar de 15 de junho de 1998, o servidor HOMERO TARIGO, matrícula 1494, lotado na Secretaria Municipal da Administração, regime jurídico estatutário, regime horário de quarenta (40) horas semanais, com proventos mensais integrais, correspondentes ao cargo de Vigilante, Padrão 02, acrescidos de sete (07) avanços, equivalente a trinta e cinco por cento (35%), conforme artigo 118; gratificação adicional de dezoenove por cento (19%), conforme artigo 122; e incorporação do adicional noturno, conforme artigos 140 e 239, todos da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991, sendo enquadrado no que preceitua os artigos 231, inciso I; 233, parágrafos 1º e 2º; e 237, Inciso I, letra "c", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; artigo 16, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil; e Lei Municipal nº 4.859, de 28 de maio de 1998.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 17 de junho de 1998.

APOSENTA SERVIDORA COM PROVENTOS INTEGRAIS.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta no Processo nº 98/1283-4, concede aposentadoria por tempo de serviço, por contar com nove mil, cento e vinte e cinco (9.125) dias, a contar de 13 de março de 1998, à servidora JANICE MARIA FRIZZO, matrícula 1401, lotada na Secretaria Municipal de Educação, regime jurídico estatutário, carga horária de vinte (20) horas semanais, com proventos mensais integrais, correspondentes ao Cargo de Professor G1, Área I, acrescidos de oito (08) avanços, equivalente a quarenta por cento (40%), conforme artigo 118; dois (02) avanços, equivalente a dez por cento (10%), conforme artigo 121; gratificação adicional de trinta e cinco por cento (35%), conforme artigo 122, todos da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "b", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "b", da

Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 237, inciso I, letra "d", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.747, de 27 de novembro de 1997. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "b" da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "b", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; e artigo 231, inciso III, letra "b", da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de março de 1998.

PORTARIA Nº 59.422

APOSENTA SERVIDOR, POR INVALIDEZ, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta no Processo nº 98/7016-8, aposentada, por invalidez, a contar de 23 de junho de 1998, no servidor JORGE ALCEU BERNARDO DA SILVA, matrícula 5541, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, regime jurídico estatutário, regime horário de quarenta (40) horas semanais, com proventos mensais proporcionais a dois mil, novecentos e um (2.901) dias, correspondentes ao cargo e Calceiteiro, Padrão 03, acrescido de incorporação do adicional de insalubridade, em grau médio, de vinte por cento (20%), conforme artigos 149, 150, inciso II e 161, todos da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991, enquadrado no que preceitua os artigos 231, inciso I; 233, parágrafos 1º e 2º; e 237, inciso II, letra "a", da Lei Complementar 3.673, de 24 de junho de 1991; artigo 16, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil; e Lei Municipal nº 4.859, de 28 de maio de 1998.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.

APOSENTA SERVIDOR COM PROVENTOS PROPORCIONAIS

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta do Processo nº 98/1291-9, aposentada, a contar de 02 de julho de 1998, o servidor JOSÉ RENAU DOS REIS CORREA, matrícula 862, com proventos proporcionais a onze mil, seiscentos e sessenta e sete (11.667) dias de serviço, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, devendo perceber na inatividade os proventos proporcionais correspondentes ao cargo de Operador de Máquinas, padrão 06, regime horário de quarenta (40) horas semanais, regime jurídico estatutário; acrescidos de dez (10) avanços, equivalente a cinquenta por cento (50%), conforme artigo 118; dois (02) avanços, equivalente a dez por cento (10%), conforme artigo 121; gratificação adicional de trinta e cinco por cento (35%), conforme artigo 122; e incorporação do adicional de insalubridade, em grau médio (20%), conforme artigos 149, 150, inciso II, e 161, todos da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991; fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "c" da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 237, inciso II, letra "d", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.859, de 28 de maio de 1998. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "c" da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigos 93 e 231, inciso III, letra "c", da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 06 de julho de 1998.

PORTARIA Nº 59.410

RETIFICA PORTARIA Nº 57.875

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e cumprindo determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, através do processo nº 3859-02.00/97-3, retifica a Portaria nº 57.875, de 04 de fevereiro de 1997, que aposentou o servidor JUAREZ ANTONIO PISANI, mat. 4139, sendo os proventos proporcionais a 10.972 (dez mil, novecentos e setenta e dois) dias, totalizando os proventos R\$ 673,15 (seiscentos e setenta e três reais e quinze centavos), e excluir da fundamentação da aposentadoria a parte final do artigo 95, da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991, e não como constou.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 18 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.050

APOSENTA SERVIDORA COM PROVENTOS INTEGRAIS.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta no Processo nº 98/2958-5, concede aposentadoria por tempo de serviço, por contar com mais de nove mil, cento e vintel e cinco (9.125) dias, a contar de 10 de março de 1998, à servidora LAURA LUIZA ALVES LORANDI, matriculal 1284, lotada na Secretaria Municipal de Educação, regime jurídico estatutário, carga horária de vinte (20) horas semanais, com proventos mensais integrais, correspondentes ao Cargo de Professor G4, Área I, acrescidos de nove (09) avanços, equivalente a quarenta e cinco por cento (45%), conforme artigo 118; dois (02) avanços, equivalente a dez por cento (10%), conforme artigo 121; gratificação adicional de trinta e cinco por cento (35%), conforme artigo 122; e incorporação da gratificação de regência em classe especial, conforme artigos 132, 5º e 133, todos da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991; fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "b", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "b", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 237, inciso I, letra "d", da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.747, de 27 de novembro de 1997. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "b" da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "b" da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; e artigo 231, inciso III, letra "b", da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de março de 1998.

PORTARIA Nº 59.403

APOSENTA SERVIDORA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta do Processo nº 98/10990-1, aposentada, a contar de 16 de junho de 1998, a servidora MARIA ELENA RADAELLI PARABONI, matrícula 1560, com proventos proporcionais a nove mil, trezentos e quarenta e nove (9.349) dias de serviço, lotada na Secretaria Municipal de Educação, devendo perceber na inatividade os proventos correspondentes ao cargo de Professor G5-All; carga horária de vinte (20) horas semanais, regime jurídico estatutário; acrescidos de oito (08) avanços, equivalente a quarenta por cento (40%), conforme artigo 118; dois (02) avanços, equivalente a dez por cento (10%), conforme artigo 121; gratificação adicional de trinta e cinco por cento (35%), conforme artigo 122, todos da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e incorporação de vinte por cento (20%) da Função Gratificada, de símbolo FG-6, de Diretor Escolar, criada pelo artigo 32, da Lei nº 2266, de 29 de dezembro de 1975, bem como pelo artigo

JORNAL DO MUNICÍPIO

Publicado em cumprimento ao que dispõe o art. 12º do ADT da Lei Orgânica do Município em consonância com a lei nº 3.810, de 10/04/92, regulamentada pelo Decreto nº 7395 de 05/05/92. Rua Alfredo Chaves, 1333, Caxias do Sul-RS Telefone: 228.2344 - Ramal 1211 - Fax: (054)228.2344/1223

Jornalistas responsáveis:

PODER EXECUTIVO: Eliana Zarpelon

MTB 3821

PODER LEGISLATIVO: Eloá Nespolo Benedetti

ELABORAÇÃO E REVISÃO: Dirceu Soares

MTB 6855

Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro S.A.

127, parágrafo primeiro, letra "b", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991, fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "c" da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 237, inciso II, letra "d", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.859, de 28 de maio de 1998. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "c", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigos 93 e 231, inciso III, letra "c", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 17 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.400

APOSENTA SERVIDORA, POR INVALIDEZ, COM PROVENTOS INTEGRAIS.
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta no Processo nº 98/3142-9, aposentada, por invalidez, a contar de 10 de junho de 1998, a servidora NEIVA ROMBALDI DOS SANTOS, matrícula 5186, lotada na Secretaria Municipal de Educação, regime jurídico estatutário, regime horário de vinte (20) horas semanais, com proventos mensais integrais, correspondentes ao Cargo de Professor G4-AII; acrescidos de dois (02) avanços, equivalente a dez por cento (10%), conforme artigo 118, da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991, sendo enquadrada no que preceitua os artigos 231, Inciso I; 233, parágrafos 1º e 2º; e 237, Inciso I, letra "c", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; artigo 16, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil; e Lei Municipal nº 4.859, de 28 de maio de 1998.

Registre-se e cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 15 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.390

DESCONSTITUI PORTARIAS Nº 55.953 e 55.887
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e cumprindo determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, através do processo nº 1184-02.00/93-0, desconstitui as Portarias nº 55.953, de 06 de junho de 1995 e Portaria nº 57.887, de 14 de fevereiro de 1997 que aposentou o servidor PAULO FRANZOI, mat. 0677

Registre-se e cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 15 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.391

DESCONSTITUI PORTARIAS Nº 50.233 e 55.139
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e cumprindo determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, através do processo nº 6254-02.00/93-0, desconstitui as Portarias nº 50.233, de 30 de julho de 1993 e Portaria nº 55.139, de 08 de fevereiro de 1995 que aposentou o servidor ROMOLO RICARDO BIAZUS, mat. 0982.

Registre-se e cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 15 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.055

APOSENTA SERVIDORA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta do Processo nº 98/384008, aposentada, a contar de 16 de março de 1998, a servidora SALETE LAURA PESCADOR, matrícula 1966, com proventos proporcionais a nove mil, cento e vinte e seis (9.126) dias de serviço, lotada na Secretaria Municipal de Educação, devendo perceber na inatividade os proventos correspondentes ao cargo de Servicial; padrão 01; carga horária de quarenta (40) horas semanais, regime jurídico estatutário; acrescidos de sete (07) avanços, equivalente a trinta e cinco por cento (35%), conforme artigo 118; gratificação adicional de dezoenove por cento (19%), conforme artigo 122; incorporação do adicional de insalubridade, em grau médio (20%), conforme artigos 149, 150, inciso II e 161, todos da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991, fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "c", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 237, inciso II, letra "d", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.747, de 27 de novembro de 1997. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 231, inciso III, letra "c", da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de março de 1998.

PORTARIA Nº 59.053

APOSENTA SERVIDOR COM PROVENTOS PROPORCIONAIS
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta do Processo nº 98/1537-6, aposentada, a contar de 16 de março de 1998, o servidor VIDALVINO PEREIRA DE ALMEIDA, matrícula 1248, com proventos proporcionais a onze mil, duzentos e trinta e quatro (11.234) dias de serviço, lotado na Secretaria Municipal de Administração, devendo perceber na inatividade os proventos correspondentes ao cargo de Operário Especializado; padrão 02, carga horária de quarenta (40) horas semanais, regime jurídico estatutário; acrescidos de dez (10) avanços, equivalente a cinquenta por cento (50%), conforme artigo 118, dois (02) avanços, equivalente a dez por cento (10%), conforme artigo 121; gratificação adicional de trinta e cinco por cento (35%), conforme artigo 122, incorporação do adicional noturno, conforme artigos 140 e 239, todos da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991, fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "c", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 237, inciso II, letra "d", da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.747, de 27 de novembro de 1997. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "c", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 231, inciso III, letra "c", da Lei Complementar nº 3.673, de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de março de 1998.

PORTARIA Nº 59.054

APOSENTA SERVIDOR COM PROVENTOS PROPORCIONAIS.
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere e à vista do que consta do Processo nº 98/1537-6, aposentada, a contar de 16 de março de 1998, o servidor VILMAR ANTONIO PITTON, matrícula 793, com proventos proporcionais a onze mil, quatrocentos e oito (11.408) dias de serviço, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, devendo perceber na inatividade os proventos correspondentes ao cargo de Tratorista Agrícola; padrão 05; carga horária de quarenta (40) horas semanais, regime jurídico estatutário, acrescidos de dez (10) avanços, equivalente a cinquenta por cento (50%) conforme artigo 118; dois (02) avanços, equivalente a dez por cento (10%), conforme artigo 121; gratificação adicional de trinta e cinco por cento (35%), conforme artigo 122; incorporação do adicional de insalubridade, em grau médio (20%), conforme artigos 149, 150, inciso II e 161, todos da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991, fixados conforme artigo 40, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul; artigo 237, inciso II, letra "d" da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991; e Lei Municipal nº 4.747 de 27 de novembro de 1997. A aposentadoria é fixada nos termos do artigo 40, inciso III, letra "c", da Constituição da República Federativa do Brasil; artigo 16, inciso III, letra "c", da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, artigo 231, inciso III, letra "c", da Lei Complementar nº 3.673 de 24 de junho de 1991.

Registre-se e cumpra-se
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de março de 1998.

PORTARIA Nº 59.413

DESIGNA COMISSÃO
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere DESIGNA, a contar desta data, os servidores JOÃO CARLOS DA COSTA E SILVA, mat. 3156, como presidente; MARGARET CORUJA, mat. 5939; CLADIS ELISA FACHINI, mat. 2657, membros titulares; ROSELI ANGELICA PERUSATO GIEQUELIN, mat. 5273; JOÃO LUIS RECH BARBOSA, mat. 2322; SOLANGE MARIA LUCHTEMBERG, mat. 3525, como suplentes; e a servidora NATÁLIA ADRIANA MICHELON, mat. 7437, como secretária; para constituírem Comissão Especial de Inquérito, a fim de apurarem os fatos constantes no processo administrativo nº 97/9.952-0.

Registre-se e cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 29 de junho de 1998.

1998.

PORTARIA Nº 59.417

NOMEIA COMISSÃO DE INQUÉRITO
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere, NOMEIA, a contar de 16 de abril de 1998, os servidores JOÃO CARLOS DA COSTA E SILVA, mat. 3156; VERA MARIA GIRELLI, mat. 5201 e MARGARET CORUJA, mat. 5939, como titulares; REGINA DOROTI DOS SANTOS CAVION, mat. 431; LUIZ ROBERTO GAZZANA, mat. 4332 e ROSELI ANGELICA PERUSATO GIEQUELIN, mat. 5273, como suplentes; para sob a Presidência do primeiro, constituírem Comissão Permanente de Inquérito; e, a servidora NATÁLIA ADRIANA MIHELON, mat. 7437, para atuar como secretária, conforme o disposto no artigo 278, parágrafo único, da Lei Complementar 3.673/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caxias do Sul.

Registre-se e cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 29 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.418

DESIGNA COMISSÃO
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere, DESIGNA, a contar desta data, os servidores VERA MARIA GIRELLI, mat. 5201; MARGARET CORUJA, mat. 5939 e ROSELI ANGELICA PERUSATO GIEQUELIN, mat. 5273, como titulares; REGINA DOROTI DOS SANTOS CAVION, mat. 431; VALKIRIA GYBOSKI DANIEL, mat. 4951 e LUIZ ROBERTO GAZZANA, mat. 4332, como suplentes; e, a servidora NATÁLIA ADRIANA MECHELON, mat. 7437, como secretária; para constituírem Comissão Especial de Inquérito, a fim de apurarem os fatos constantes no processo administrativo nº 95/05.838-6

Registre-se e cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 29 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 59.258

DETERMINA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO.
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que a Lei lhe confere, DETERMINA a instauração de inquérito administrativo, a fim de apurar os fatos constantes do processo administrativo nº 98/3884-5, que detectou irregularidades na Escola Municipal Angelina Sassi Comandulli, designando para tanto a Comissão Especial de Inquérito, nomeada pela Portaria nº 58.513, de 26 de novembro de 1997, conforme o disposto no art. 278 e seguintes, da Lei Complementar nº 3.673/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caxias do Sul.

Registre-se e cumpra-se.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 06 de maio de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

PORTARIA Nº 1517

ERONILDA PEREIRA REIS
CONCEDE PENSÃO
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e à vista do que consta no Processo nº 103/98 de 29 de maio de 1998, concede a contar de 26 de maio de 1998, a ERONILDA PEREIRA REIS, esposa, portadora do C.P.F. nº 522.017.240/91, MIRIAM PEREIRA REIS e JORGE LUIS PEREIRA REIS, filhos, do ex-servidor REMY JESUS DA SILVA REIS, falecido em 26 de maio de 1998, que ocupava o cargo de Operador de Máquinas, padrão 06, no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, SAMAE, pensão mensal no valor de R\$ 481,90 (Quatrocentos e oitenta e um reais e noventa centavos), cabendo R\$ 428,36 (Quatrocentos e vinte e oito reais e trinta e seis centavos), para a pensionista titular e a quota de R\$ 26,77 (Vinte e seis reais e setenta e sete centavos), pra cada um dos filhos, de conformidade com o que estabelece o artigo 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, artigo 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 22 de maio de 1998.

PORTARIA Nº 1516

NOECI BOIJINK GONÇALVES
CONCEDE PENSÃO
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e à vista do que consta no Processo nº 097/98 de 14 de maio de 1998, concede a contar de 06 de maio de 1998, a NOECI BOIJINK GONÇALVES, esposa, portadora do C.P.F. nº 248.777.270/00 e ROBERTO LEONARDO GONÇALVES, filho do ex-servidor NELSON JOSÉ GONÇALVES, falecido em 06 de maio de 1998, inativo da Secretaria Municipal dos Transportes, pensão mensal no valor de R\$ 520,49 (Quinhentos e vinte reais e quarenta e nove centavos), cabendo R\$ 489,87 (Quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos), para a pensionista titular e a quota de R\$ 30,62 (Trinta reais e sessenta e dois centavos), para seu filho, de conformidade com o que estabelece o artigo 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, artigo 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 22 de julho de 1998.

PORTARIA Nº 1515

MARIA LOURDES SETTIN
CONCEDE PENSÃO
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e à vista do que consta no Processo nº 092 98 de 18 de maio de 1998, concede a contar de 13 de maio de 1998, a MARIA LOURDES SETTIN, companheira, portadora do C.P.F. nº 223.576.020/15 e ANDERSON SETTIN RIBEIRO, filho do ex-servidor LAUDELINO RIBEIRO, falecido em 13 de maio de 1998, inativo da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, pensão mensal no valor de R\$ 774,07 (Setecentos e setenta e quatro reais e sete centavos), cabendo R\$ 728,54 (Setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos), para a pensionista titular e a quota de R\$ 45,53 (Quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), para seu filho, de conformidade com o que estabelece o artigo 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, artigo 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 22 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 1513

ESCOLASTICA SILVEIRA VARGAS
CONCEDE RATEIO DE PENSÃO
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, a vista do que consta no Processo nº 089/98 de 06 de maio de 1998, concede a contar de 06 de maio de 1998, por falecimento do segurado, RAFAEL GIOTI, falecido em 20 de fevereiro de 1996, inativo da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, RATEIO de pensão entre a esposa ANGILILINA PIERINA PAULETTI GIOTI seu filho RAFAEL GIOTI JUNIOR (conforme portaria nº 1512) e a ex-esposa ESCOLASTICA SILVEIRA VARGAS, pensionista judicial. Cabendo a quantia de R\$ 316,42 (Trezentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos), para a esposa, R\$ 23,00 (Vinte e três reais) para o filho e para a ex-esposa o valor de R\$ 43,66 (Quarenta e três reais e sessenta e seis centavos) de conformidade com o que estabelece o artigo 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, artigo 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673/91 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 02 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 1512

ANGILINA PIERINA PAULETTI GIOTI
CONCEDE RATEIO DE PENSÃO
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, a vista do que consta no Processo nº 089/98 de 06 de maio de 1998, concede a contar de 06 de maio de 1998, por falecimento do segurado, RAFAEL GIOTI, falecido em 20 de fevereiro de 1996, inativo da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, RATEIO de pensão entre a esposa ANGILILINA PIERINA PAULETTI GIOTI, seu filho RAFAEL GIOTI JUNIOR, e a ex-esposa ESCOLASTICA SILVEIRA VARGAS, pensionista judicial (conforme portaria nº 1513). Cabem-

do a quantia de R\$ 316,42 (Trezentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos), para a esposa, R\$ 23,00 (Vinte e três reais) para o filho e para a ex-esposa o valor de R\$ 43,66 (Quarenta e três reais e sessenta e seis centavos) de conformidade com o que estabelece o artigo 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, artigo 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673/91 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 02 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 1511

PALMINA JOANNA DAROS DA SILVA
CONCEDE PENSÃO
José Bianchi, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e à vista do que consta no Processo nº 080/98 de 27 de abril de 1998, CONCEDE a contar de 22 de abril de 1998, por falecimento do segurado EDELVINO BERNARDO DA SILVA, inativo da Secretaria Municipal da Agricultura, pensão mensal e PALMINA JOANNA DAROS DA SILVA, esposa do ex-servidor, no valor de R\$ 392,87 (Trezentos e noventa e dois reais e oitenta e sete centavos), de conformidade com o que estabelece o Art. 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, Art. 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673/91 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991. No salário está incluso o reajuste salarial.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 01 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 1510

BELIRDE FORINI DA ROSA
CONCEDE PENSÃO
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e à vista do que consta no Processo nº 084/98 de 04 de maio de 1998, CONCEDE a contar de 29 de abril de 1998, por falecimento do segurado ANTONIO DA ROSA, inativo do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, SAMAE, pensão mensal a BELIRDE FORINI DA ROSA, esposa do ex-servidor, no valor de R\$ 465,25 (Quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), de conformidade com o que estabelece o Art. 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, Art. 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673/91 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991. No salário está incluso o reajuste salarial.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 22 de maio de 1998.

PORTARIA Nº 1509

BENTA RODRIGUES DA SILVA
CONCEDE PENSÃO
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e à vista do que consta no Processo nº 069/98 de 13 de abril de 1998, CONCEDE a contar de 12 de abril de 1998, por falecimento do segurado ANTONIO DE SOUZA, inativo da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, pensão mensal a BENTA RODRIGUES DA SILVA, companheira do ex-servidor, no valor de R\$ 422,89 (Quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e nove centavos), de conformidade com o que estabelece o Art. 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, Art. 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673/91 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991. No salário está incluso o reajuste salarial.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 22 de maio de 1998.

PORTARIA Nº 1503

NADYR LUIZA GIRARDI
CONCEDE PENSÃO
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e à vista do que consta no Processo nº 037/98 de 03 de março de 1998, concede a contar de 17 de fevereiro de 1998, a NADYR LUIZA GIRARDI, esposa, portadora do C.P.F. nº 438.660.260/72 e MARTA GIRARDI, filha, do ex-servidor ARLINDO MÁRIO GIRARDI, falecido em 17 de fevereiro de 1998, inativo da Secretaria municipal de Serviços Públicos Urbanos, pensão mensal no valor de R\$ 1.040,53 (Hum mil, quarenta reais e cinquenta e três centavos), cabendo R\$ 979,33 (Novecentos e setenta e nove reais e trinta e três centavos), para a pensionista titular e a quota de R\$ 61,20 (Sessenta e um reais e vinte centavos), para sua filha, de conformidade com o que estabelece o artigo 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, artigo 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 07 de maio de 1998.

PORTARIA Nº 1501

LUIZ ALBERTO POLLY
NOMEIA MÉDICO CLÍNICO
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, pela presente Portaria, NOMEIA a contar de 04 de maio de 1998, LUIZ ALBERTO POLLY, matrícula nº 164-0, portadora do C.P.F. nº 149.289.900-30, para o Cargo em Comissão de Médico Clínico, código 2.2.2.1.5, da Lei nº 2.650 de 06 de julho de 1981, complementada pela Lei nº 4.009 de 06 de julho de 1993 e nos termos do artigo 12, inciso II, da Lei nº 3.673 de 24 de junho de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 04 de maio de 1998.

PORTARIA Nº 1497

NAIR COSTA CAVALHEIRO
CONCEDE PENSÃO
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e à vista do que consta no Processo nº 048/98 de 16 de março de 1998, a NAIR COSTA CAVALHEIRO, esposa, portadora do C.P.F. nº 431.586.840/04 e ROSÂNGELA FÁTIMA DA COSTA CAVALHEIRO, filha do ex-servidor DORVALINO GOMES CAVALHEIRO, falecido em 12 de março de 1998, inativo do Serviço Autônomo do Município de Água e Esgoto, SAMAE, pensão mensal no valor de R\$ 614,07 (Seiscentos e quatorze reais e sete centavos), cabendo R\$ 577,95 (Quinhentos e setenta e sete reais e noventa e cinco centavos), para a pensionista titular e a quota de R\$ 36,12 (Trinta e seis reais e doze centavos), para sua filha, de conformidade com o que estabelece o artigo 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, artigo 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 22 de abril de 1998.

PORTARIA Nº 1496

JUSSARA CRISTINA MUNER
NOMEIA DENTISTA
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, pela presente Portaria, NOMEIA a contar de 13 de abril de 1998, JUSSARA CRISTINA MUNER, matrícula nº 163-0, portadora do C.P.F. nº 435.117.590-72 para o Cargo em Comissão de Dentista, código 2.2.2.2.5, da Lei nº 2.650 de 06 de julho de 1981, complementada pela Lei nº 3.053 de 29 de janeiro de 1986 e nos termos do artigo 12, inciso II, da Lei nº 3.673 de 24 de junho de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRASE.
GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 08 de abril de 1998.

PORTARIA Nº 1494

MÁRIO JOSÉ CEMIM
EXONERA CARGO EM COMISSÃO
JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, EXONERA, a contar de 07 de abril de 1998, MÁRIO JOSÉ CEMIM, matrícula 137-0, portador do C.P.F. nº 22979140082, do Cargo em Comissão de Médico Clínico, código 2.2.2.1.5 da Lei nº 2.650 de 06 de julho de 1981, complementada pela Lei nº 4.009 de 06 de julho de 1993 e nos termos do artigo

12, inciso II da Lei nº 3.673 de 24 de junho de 1991, desta autarquia municipal.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDNETE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 06 de abril de 1998.

PORTARIA Nº 1493

RACHID MIGUEL

NOMEIA MÉDICO COORDENADOR

JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, pela presente Portaria, NOMEIA a contar de 01 de abril de 1998, RACHID MIGUEL, matrícula nº 162-0, portadora do C.P.F. nº 05737893049, para o Cargo em Comissão de Médico Coordenador, código 2.2.1.3.6, da Lei nº 2.650 de 06 de julho de 1981 e nos termos do artigo 12, inciso II, da Lei nº 3.673 de 24 de junho de 1991, concedendo uma gratificação de representação de cinquenta por cento (50%) sobre o CC-6.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de março de 1998.

PORTARIA Nº 1492

RENATO LUIZ ROMBALDI

EXONERA, A PEDIDO, CARGO EM COMISSÃO

JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, EXONERA a contar de 01 de abril de 1998, RENATO LUIZ ROMBALDI, matrícula 102-0, portador do C.P.F. nº 311494720-49, do Cargo em Comissão de Médico Coordenador, código 2.2.1.3.6 da Lei nº 2.650 de 06 de julho de 1981 e nos termos do artigo 12, inciso II da Lei nº 3.673 de 24 de junho de 1991, desta autarquia municipal.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de março de 1998.

PORTARIA Nº 1489

ISABEL CRISTINA FURLAN

NOMEIA DENTISTA COORDENADOR

JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, pela presente Portaria, nomeia a contar de 01 de abril de 1998, ISABEL CRISTINA FURLAN, matrícula nº 152-0, portadora do C.P.F. nº 37659685015, para o Cargo em Comissão de Dentista Coordenador, código 2.2.1.4.6, da Lei nº 2.650 de 06 de julho de 1981, complementada pela Lei nº 3.053 de 29 de janeiro de 1986 e nos termos do artigo 12, inciso II, da Lei nº 3.673 de 24 de junho de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de março de 1998.

PORTARIA Nº 1488

ISABEL CRISTINA FURLAN

EXONERA CARGO EM COMISSÃO

JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, EXONERA, a contar de 01 de abril de 1998, ISABEL CRISTINA FURLAN, matrícula 152-0, portadora do C.P.F. nº 37659685015, do Cargo em Comissão de Dentista, código 2.2.2.5 da Lei nº 2.650 de 06 de julho de 1981, complementada pelas Leis nºs 3.053 de 29 de janeiro de 1986 e 4009 de 06 de julho de 1993, e nos termos do artigo 12, inciso II da Lei nº 3.673 de 24 de junho de 1991, desta autarquia municipal.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de março de 1998.

PORTARIA Nº 1487

MARCOS FERNANDO NOVELLO

EXONERA, A PEDIDO, CARGO EM COMISSÃO

JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, EXONERA a contar de 01 de abril de 1998, MARCOS FERNANDO NOVELLO, matrícula 081-0, portador de C.P.F. nº 46536230078, do Cargo em Comissão de Dentista Coordenador, código 2.2.1.4.6 da Lei nº 2.650 de 06 de julho de 981, complementada pelas Leis nºs 3.053 de 29 de janeiro de 1986 e nos termos do artigo 12, inciso II da Lei nº 3.673 de 24 de junho de 1991, desta autarquia municipal.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de março de 1998.

PORTARIA Nº 1485

MARIA DE LOURDES DA ANUNCIAÇÃO

CONCEDE PENSÃO

JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e à vista do que consta no Processo nº 033/98 de 16 de fevereiro de 1998, concede a contar de 12 de fevereiro de 1998, a MARIA DE LOURDES DA ANUNCIAÇÃO, esposa, portadora do C.P.F. nº 6998339901 e ADRIANA DA ROSA DA ANUNCIAÇÃO, filha do ex-servidor ADRIANO MACEDO DA ANUNCIAÇÃO, falecido em 12 de fevereiro de 1998, inativo da Secretaria Municipal da Agricultura, pensão mensal no valor de R\$ 393,92 (Trezentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos), cabendo R\$ 370,75 (Trezentos e setenta reais e setenta e cinco centavos), para a pensionista titular e a quota de R\$ 23,17 (Vinte e três reais e dezessete centavos), para sua filha, de conformidade com o que estabelece o artigo 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, artigo 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 26 de março de 1998.

PORTARIA Nº 1484

MIRIAM GRACIELA RANNE DE ANGELETTI

NOMEIA MÉDICO CLÍNICO

JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, pela presente Portaria, NOMEIA a contar de 24 de março de 1998, MIRIAM GRACIELA RANNE DE ANGELETTI, matrícula nº 161-0, portadora do C.P.F. nº 69949930006, para o Cargo em Comissão de Médico Clínico, código 2.2.2.1.5 da Lei nº 2.650 de 06 de julho de 1981, complementada pela Lei nº 4.009 de 06 de julho de 1993 e nos termos do artigo 12, inciso II, da Lei nº 3.673 de 24 de junho de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de março de 1998.

PORTARIA Nº 1520

THEREZINHA CLEMENTINA DEMORI DORNELLES

CONCEDE PENSÃO

JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, e à vista do que consta no Processo nº 110/98 de 04 de junho de 1998, CONCEDE a contar de 29 de maio de 1998, por falecimento do segurado BOLIVAR DORNELLES, inativo da Secretaria Municipal de Administração, pensão mensal a THEREZINHA CLEMENTINA DEMORI DORNELLES, esposa do ex-servidor, no valor de R\$ 1.035,77 (Hum mil e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos), de conformidade com o que estabelece o Art. 40, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil, Art. 20, parágrafo 5º da Lei Orgânica Municipal, artigos 313 a 315 da Lei nº 3.673/91 e ainda de acordo com a Lei Municipal nº 3.630 de 25 de março de 1991.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 29 de junho de 1998.

PORTARIA Nº 1483

VICENTE HENRIQUE VERDI

EXONERA, A PEDIDO, CARGO EM COMISSÃO

JOSÉ BIANCHI, Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Municipal de Caxias do Sul, IPAM, usando das atribuições que a Lei lhe confere, EXONERA, a contar de 24 de março de 1998, VICENTE HENRIQUE VERDI, matrícula 158-0 portador do C.P.F. nº 46541799091, do Cargo em Comissão de Médico Clínico, código 2.2.2.1.5 da Lei nº 2.650 de 06 de julho de 1981, complementada pela Lei nº 4.009 de 06 de julho de 1993 e nos termos do artigo 12, inciso II da Lei nº 3.673 de 24 de junho de 1991, desta autarquia municipal.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de março de 1998.

JOSÉ BIANCHI

Presidente do IPAM

Reg. no Livro de Portarias

nº 06 às fls. 1494

Márcia de Araujo Pauletti

Chefe do Serviço de Pessoal

**SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA
LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA**

LEI Nº 4.592/96

EXTRATO Nº 03/98

No período de 01 a 30 de junho do ano de 1998 foram protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, os projetos culturais abaixo relacionados:

NOME DO PROJETO	Nº PROCESSO	NOME DO EMPREENDEDOR	ÁREA ENQUAD
-----------------	-------------	----------------------	-------------

1ª QUERÊNCIA DA POESIA GAÚCHA	98/10515-1	Querência da Poesia Xucra	Literatura
-------------------------------	------------	---------------------------	------------

MOSTRA DE ARTE UTILITÁRIA SIMONE SPIRONELLO	98/11177-2	Paulo Tedesco Pinto	Artes Plásticas
--	------------	---------------------	-----------------

XIV FEIRA DO LIVRO DE CAXIAS DO SUL	98/11581-8	Prefeitura Mun. de Caxias do Sul	Literatura
-------------------------------------	------------	----------------------------------	------------

SEMANA FARROUPILHA	98/11934-8	Prefeitura Mun. de Caxias do Sul	Folclore, Dança e Música
--------------------	------------	----------------------------------	--------------------------

PARQUE DE EVENTOS DA SERRA	98/11943-7	Ademir Onzi	Folclore
----------------------------	------------	-------------	----------

Caxias do Sul, 08 de julho de 1998.

Secretária Municipal da Cultura

Tadiane Tronca

Secretária Municipal da Cultura

LEI COMPLEMENTAR Nº 58

de 27 de maio de 1998.

Acresce artigo ao Capítulo II da Lei nº 3.165, de 07 de outubro de 1987.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Acresce artigo ao Capítulo II - DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PROFISSIONAIS - da Lei nº 3.165, de 07 de outubro de 1987, com a seguinte redação.

“Art. 43A. Os estabelecimentos comerciais do Município de Caxias do Sul do tipo “shopping” e supermercados com mais de trezentos metros quadrados, ficam obrigados a colocar à disposição dos clientes, no mínimo, duas cadeiras de rodas para utilização no interior do estabelecimento pelas pessoas portadoras de deficiência física e/ou idosas com dificuldades de locomoção”.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 27 de maio de 1998.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 57

de 15 de abril de 1998.

Revoga a Lei Complementar nº 19, de 08 de dezembro de 1995, e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Fica revogada a Lei Complementar nº 19, de 08 de dezembro de 1995.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 15 de abril de 1998.

jc/

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.891

de 06 de julho de 1998.

Denomina rua do Loteamento Popular Mariani com o nome de Nelson Guerra Fogaça.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A rua codificada sob o nº 43-10-42, com testada oeste na Rua Rachel Calliari Grazziotin, tendo ao norte a quadra nº 4847 e ao sul a quadra nº 4846, denomina-se Nelson Guerra Fogaça.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 06 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.890

de 06 de julho de 1998.

Denomina rua do Bairro Kayser com o nome de NOEMI MACHADO.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A rua com testadas norte na Rua Clovis Boscaro Rossi e sul na Rua Maria Prezzi Postali, tendo a leste a quadra nº 4496 e a oeste a quadra nº 4495, denomina-se Noemi Machado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 06 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.889

de 06 de julho de 1998.

Denomina rua do Loteamento Vila Margarida com o nome de SANTO VIGNOCHI.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º A rua situada no Loteamento Vila Margarida, tendo a leste a quadra nº 4889 e a oeste a quadra nº 4888, denomina-se SANTO VIGNOCHI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 06 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.888

de 06 de julho de 1998.

Denomina rua do Loteamento Cidade Nova II, Região Administrativa de Desvio Rizzo, com o nome de CASEMIRO JOÃO BARATIERI.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A rua com testadas leste e oeste em vias sem denominação, tendo ao norte a quadra nº 4.900 e ao sul a quadra nº 4.899, denomina-se CASEMIRO JOÃO BARATIERI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 06 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.887

de 06 de julho de 1998.

Denomina rua do Loteamento Tijucas, Bairro Marechal Floriano, com o nome de MARIA HELENA DE ANDRADE GOMES.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A rua com testada norte na divisa norte do Loteamento Tijucas e testada sul em via sem denominação, tendo a leste a quadra nº 2829 e a oeste a quadra nº 2830, denomina-se MARIA HELENA DE ANDRADE GOMES.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 06 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.886

de 03 de julho de 1998.

Acresce artigo à Lei nº 2.659, de 1º de outubro de 1981, que estabelece normas para exploração do serviço de automóveis de aluguel-táxi - e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica acrescido artigo ao Capítulo II - Dos Veículos de Aluguel - da Lei nº 2.659, de 1º de outubro de 1981, com a seguinte redação, remunerando-se os demais:

“Art. 6º Todos os automóveis de aluguel - táxi - deverão conter, na parte traseira, as seguintes inscrições: “TAXI LOTADO NO PONTO Nº”, seguido da expressão “PERÍMETRO URBANO” ou do nome do respectivo “Distrito e/ou Região Administrativa”, quando for o caso, “SUGESTÕES” OU RECLAMAÇÕES: (número da linha telefônica da Secretaria Municipal dos Transportes)”.

Art. 2º As dimensões, forma, cor, material a ser utilizado e a localização da inscrição, observada a fácil visibilidade e legibilidade externa, serão regulamentadas pelo Poder Executivo Municipal no prazo de (90) noventa dias após a publicação da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 03 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.885

de 03 de julho de 1998.

Denomina rua do Loteamento Cidade Nova, II, Região Administrativa de Desvio Rizzo, com o nome de AURÉLIA DE CARLI ANDREAZZA.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A rua com testada norte na Rua Professor Júlio Feijó e testada sul na Rua Egidio Viero, tendo a leste as quadras nºs 2860, 2861 e 2868, e a oeste as quadras nºs 4908, 4914 e 4915, denomina-se Aurélia De Carli Andreazza.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 03 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL**

LEI Nº 4.884

de 03 de julho de 1998.

Autoriza Permissão de Uso de área de terra de propriedade do Município à Associação dos Moradores do Distrito de Vila Seca (AMOVISE) e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Permissão de uso de área de terra de propriedade do Município, a seguir descrita, à Associação dos Moradores do Distrito de Vila Seca - AMOVISE, legalmente constituída, para que sobre a mesma sejam edificadas capelas mortuárias e a sede da referida Associação, na forma da minuta de contrato anexa.

“Uma área de terra com 306m2 (trezentos e seis metros quadrados), parte do lote nº 01 da quadra 01, numerações administrativas, quadra limitada pelas rua Dante Marcucci e Ilário Balbinotti, no Distrito de Vila Seca, conforme planta de situação/localização à folha nº 16 do Processo Administrativo nº 97/16517-4. A descrição dos limites e confrontações da área parte do vértice formado pelas divisas nordeste e sudoeste do lote nº 01, segue o limite com medida de 14m (quatorze metros), coincidindo com a divisa sudeste do lote nº 01, confrontando com terras de terceiros na quadra nº 01; deste ponto, em ângulo reto, segue o limite em direção noroeste por 29m (vinte e nove metros), no interior do lote nº 01; deste ponto, em ângulo reto, segue o limite em direção nordeste por dois segmentos de reta, sendo o primeiro com 8,80m (oito metros e oitenta centímetros), no interior do lote nº 01, e o segundo segmento por 5,20m (cinco metros e vinte centímetros), confrontando a noroeste com terras de terceiros na quadra nº 01; deste ponto, em ângulo reto, segue a divisa em direção sudeste por 29m (vinte e nove metros), confrontando a nordeste com terras de terceiros na quadra nº 01, fechando a poligonal com o ponto de partida”.

Parágrafo único. A minuta de Contrato de Permissão de uso, assim como a planta de localização, anexas, ficam fazendo parte integrante desta Lei como se aqui estivessem transcritas.

Art. 2º A Permissão de Uso do imóvel citado no artigo 1º da presente Lei destina-se exclusivamente à edificação e funcionamento de capelas mortuárias e da sede da Associação dos Moradores do Distrito de Vila Seca, enquanto entidade representativa da comunidade daquele Distrito.

Parágrafo único. Fica automaticamente sem efeito esta Lei na hipótese de aproveitamento diverso do imóvel, tornando-se nula, de pleno direito, a Permissão de Uso.

Art. 3º A Permissão de Uso é concedida com a condição de que a construção das capelas mortuárias e da sede da AMOVISE tenha início dentro de 90 (noventa) dias da vigência desta Lei e concluída em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, findos os quais a Permissão de Uso tornar-se-á sem efeito.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 03 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.882

de 01 de julho de 1998.

Denomina rua do L

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 01 de julho de 1998.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.877

de 26 de junho de 1998.
Ratifica Protocolo de Ação Conjunta celebrado entre a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE).
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Fica ratificado o Protocolo de Ação Conjunta celebrado entre a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), visando à utilização da mão-de-obra prisional da Penitenciária Industrial de Caxias do Sul em serviços gerais de manutenção nas hidráulicas e nas obras do SAMAE.
Art. 2º O termo do Protocolo de Ação Conjunta, anexo, faz parte integrante desta Lei como se aqui estivesse transcrito.
Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares correspondentes e a adotar as demais medidas administrativas necessárias à consecução de seu objeto.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 26 de dezembro de 1997.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 26 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.875

de 25 de junho de 1998.
Denomina rua do Loteamento Cidade Nova II, Região Administrativa de Desvio Rizzo, com o nome de NILSON PANTE.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º A via pública com testadas leste e oeste em vias sem denominação, tendo ao norte a quadra nº 4898 e ao sul a quadra nº 4897, denominar-se-á NILSON PANTE.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 25 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.874

de 25 de junho de 1998.
Denomina rua do Loteamento Cidade Nova II, Região Administrativa de Desvio Rizzo, com o nome de MICHEL LOPES DA TRINDADE.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º A via pública com testada leste em via sem denominação e testada oeste para divisa do Loteamento, tendo ao norte a quadra nº 4894 e ao sul a quadra nº 4893, denominar-se-á MICHEL LOPES DA TRINDADE.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 25 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.873

de 25 de junho de 1998.
Denomina rua do Loteamento Parque dos Pinheiros, no Bairro Planalto, com o nome de RENO JOÃO DALSOTO.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º A rua codificada sob o nº 44-19-56, com testada norte na Rua Giocondo Cuaro Lazzaretti, tendo a leste as quadras nºs 4283, 4402 e 4404, e a oeste a quadra nº 4403, denominar-se-á RENO JOÃO DALSOTO.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 25 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.872

de 24 de junho de 1998.
Autoriza a celebração de Convênio entre o Município de Caxias do Sul e a Fundação de Assistência Social - FAS, para a prestação de serviços na área de viação e obras públicas e dá outras providências.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Fica autorizada a celebração de Convênio entre o Município de Caxias do Sul e a Fundação de Assistência Social - FAS, para a prestação de serviços na área de viação e obras públicas.
Art. 2º A minuta do Convênio, em anexo, fica fazendo parte da presente Lei como se nela estivesse transcrita.
Art. 3º Em decorrência da aprovação do Convênio, objeto desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a promover todos os atos administrativos visando ao seu perfeito cumprimento.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 24 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.871

de 19 de junho de 1998.
Ratifica convênio celebrado entre o Serviço Social da Indústria (SESI) -Departamento Regional do Rio Grande do Sul, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Município de Caxias do Sul, que tem por objetivo estabelecer as bases de cooperação mútua para operacionalizar o Curso Supletivo de 1º Grau - Ciclo Inicial.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Ratifica o convênio entre o Serviço Social da Indústria (SESI) -Departamento Regional do Rio Grande do Sul, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Município de Caxias do Sul, que tem por objetivo estabelecer as bases de cooperação mútua para operacionalizar o Curso Supletivo de 1º Grau - Ciclo Inicial (1ª a 4ª séries), com funcionamento das atividades decorrentes dentro das dependências do Centro de Atividades do SESI, com turmas de, no máximo, vinte e cinco alunos.
Art. 2º O Termo de Convênio anexo fica fazendo parte integrante desta Lei como se aqui estivesse transcrito.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de dezembro de 1997.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 19 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.870

de 19 de junho de 1998.
Autoriza a celebração de Convênio entre o Município de Caxias do Sul, através da Secretaria Municipal da Saúde e do Hemocentro Regional de Caxias do Sul, através da Secretaria Municipal da Saúde, e a Sociedade Dr. Bartholomeu Tacchini, visando à prestação de serviços especializados de assistência hemoterápica e fornecimento de hemocomponentes.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Fica autorizada a celebração de Convênio entre o Município de Caxias do Sul, através da Secretaria Municipal da Saúde e do Hemocentro Regional de Caxias do Sul, o Município de Bento Gonçalves, através da Secretaria Municipal da Saúde, e a Sociedade Dr. Bartholomeu Tacchini, visando à prestação de serviços especializados de assistência hemoterápica e fornecimento de hemocomponentes.
Art. 2º A minuta do Convênio, em anexo, fica fazendo parte da presente Lei como se nela estivesse transcrita.
Art. 3º Em decorrência da aprovação do Convênio, objeto desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a promover todos os atos administrativos visando ao seu perfeito cumprimento.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 19 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.868

de 15 de junho de 1998.
Autoriza o Município de Caxias do Sul a constituir sociedade e dá outras providências.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Fica o Município de Caxias do Sul autorizado a constituir uma sociedade sob o regime jurídico de sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, denominada SOCIEDADE INCUBADORA TECNOLÓGICA DE CAXIAS DO SUL - ITEC, cujo Estatuto Social acompanha a presente Lei, tendo por objetivo geral promover ações visando ao desenvolvimento tecnológico do Município de Caxias do Sul, e em especial, implantar e gerir a Incubadora Tecnológica de Caxias do Sul, desenvolvendo ações que promovam a integração regional e outras ações de interesse das instituições integrantes desta sociedade.
Art. 2º Para atender aos encargos decorrentes desta Lei, no corrente ano; servirão de recursos os previstos na atividade de código nº 11623462.023 - "Desenvolvimento de Projeto para Instalação de Incubadoras Empresariais".
§ 1º Para o corrente ano, o valor da despesa para a finalidade é fixado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), podendo ser suplementado com outros recursos disponíveis).
§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir elementos na atividade constante do "caput" do artigo, ou abrir Crédito Adicional Especial, utilizando os recursos da atividade referida, ou outros previstos no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 15 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.867

de 15 de junho de 1998.
Autoriza celebração de Convênio entre o Município de Caxias do Sul e a Fundação Universidade de Caxias do Sul, objetivando a implantação do Projeto de Pesquisa "A Aceitação e a Culpa no Discurso Parental e o Desenvolvimento da Criança Surda nas Interações com Pais e seus Pares".
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Fica autorizada celebração de Convênio entre o Município de Caxias do Sul e a Fundação Universidade de Caxias do Sul, que tem por objeto a conjugação de recursos e esforços, visando a implementar o Projeto de Pesquisa "A Aceitação e a Culpa no Discurso Parental e o Desenvolvimento da Criança Surda nas Interações com Pais e seus Pares".
Art. 2º A minuta de Convênio, em anexo, fica fazendo parte integrante desta Lei como se aqui estivesse transcrita.
Art. 3º Em decorrência da aprovação do Convênio, objeto desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a promover todos os atos administrativos visando ao seu perfeito cumprimento.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 15 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.866

de 15 de junho de 1998.
Cria Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI - junto à Secretaria Municipal dos Transportes e dá outras providências.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Ficam criadas, com funcionamento junto à Secretaria Municipal dos Transportes, Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, com as atribuições e competência que lhes confere a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.
Art. 2º As JARI compete:
I - julgar os recursos interpostos contra penalidades, impostas pela Secretaria Municipal dos Transportes e demais órgãos conveniados, dentro de sua competência;
II - solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;
III - encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.
Art. 3º O presidente e os membros de cada Junta Administrativa de Recursos de Infrações serão nomeados pelo Prefeito Municipal para o período de um ano, sendo vedada a recondução, exceto para o representante do Ministério Público, e obedecendo aos seguintes critérios:
I - um representante Indicado pelo Prefeito Municipal que a presidirá;
II - um representante do Ministério Público;
III - um representante do órgão que impôs a penalidade.
Parágrafo único. Cada membro das JARI terá um suplente, indicado e nomeado segundo os mesmos critérios estabelecidos nos incisos I, II e III.
Art. 4º Os presidentes e membros das Juntas perderão a investidura nas funções em caso de falta não-justificada a três sessões consecutivas ou dez intercaladas durante um ano.
Art. 5º O Prefeito Municipal determinará as providências indispensáveis ao pleno funcionamento das Junta, designando, inclusive, os funcionários necessários às suas finalidades.
Art. 6º A organização e funcionamento das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações e dos seus serviços administrativos serão objeto de Regimento a ser baixado pelo presidente da JARI, ouvidos os demais membros, observando o disposto no artigo 12, inciso VI, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.
Art. 7º As JARI contarão com infra-estrutura para o atendimento de seus serviços administrativos, sendo que para o corrente ano servirão de recursos os constantes na dotação de código 2111-3131, da Secretaria Municipal dos Transportes, devendo ser previstos recursos no orçamento para este fim nos anos subsequentes.
1. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e/ou especiais, bem como a abrir os elementos de despesa necessários na dotação referida no "caput" no corrente ano.
2. Servirá de recurso para a abertura do crédito adicional a redução da dotação 2111-3132.

Art. 8º As JARI passam a funcionar a partir da data de sua constituição.
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 15 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.865

de 10 de junho de 1998.
Autoriza a celebração de convênios entre o Município de Caxias do Sul, através da Secretaria Municipal da Educação, e a Sociedade Literária São Boaventura, o Clube de Mães Santa Rita de Cássia, a Associação de Moradores do Bairro Leon, a Associação de Bairros São Victor Cohab, a Associação de Moradores Amigos do Bairro Ipiranga, a Ação Social do Bairro São Ciro, e a Associação de Moradores do Bairro São Caetano, para atendimento de crianças em regime de creche, e o Clube de Mães Amigos para Sempre, para atendimento de crianças em regime de escola infantil.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Fica o Município de Caxias do Sul autorizado, através da Secretaria Municipal da Educação, a celebrar convênios com a Associação de Bairros São Victor Cohab, a Associação de Moradores Amigos do Bairro Ipiranga, a Ação Social do Bairro São Ciro, a Sociedade Literária São Boaventura e a Associação dos Moradores do Bairro São Caetano, visando à cooperação financeira para atender a criança de ambos os sexos, na faixa etária de zero a seis anos de idade, em regime de creche, e com o Clube de Mães Amigos para Sempre, para atendimento de crianças em regime de escola infantil.
Art. 2º Os Termos de Convênios, em anexo, ficam fazendo parte integrante desta Lei como se aqui estivessem transcritos.
Art. 3º Em decorrência da aprovação dos convênios, objetos desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os competentes créditos adicionais, a movimentar os recursos respectivos e a promover todos os atos administrativos visando ao seu perfeito cumprimento.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 1998.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 10 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.864

de 05 de junho de 1998.
Ratifica Convênio celebrado entre o Município de Caxias do Sul e o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, visando ao estabelecimento de ações conjuntas para a promoção e implementação da Assistência Ambulatorial e Hospitalar, viabilizando a aquisição de equipamentos para o Hemocentro de Caxias do Sul e dá outras providências.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Ratifica o Convênio celebrado entre o Município de Caxias do Sul e o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, visando ao estabelecimento de ações conjuntas para a promoção e implementação da Assistência Ambulatorial e Hospitalar, viabilizando a aquisição de equipamentos para o Hemocentro de Caxias do Sul.
Art. 2º O texto do Convênio, a que se refere o artigo anterior, fica fazendo parte da presente Lei como se nela estivesse transcrito.
Art. 3º Em decorrência da aprovação do Convênio, objeto desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a promover todos os atos administrativos que visem a seu perfeito cumprimento.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de setembro de 1997.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 05 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.863

de 05 de junho de 1998.
Autoriza o recebimento por doação onerosa de área de terras que caracteriza e dá outras providências.
O Poder legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Fica o Município autorizado a receber, por intermédio do Poder Executivo, na forma de doação onerosa, os seguintes imóveis sem benfeitorias:
a) Parte do lote nº 03 da quadra 2042, setor 01, zona 44, com 272,00m2, sem benfeitorias, de propriedade atribuída a MP Estruturas Metálicas Ltda (atual MP Empreendimentos e Serviços Ltda.), com as seguintes medidas e confrontações: a noroeste, por 16,00 metros, com rua sem denominação oficial; a sudeste, por 4,50 metros, com área absorvida pela Perimetral Oeste (matrícula 24.708) e que era de propriedade de MP Empreendimentos e Serviços Ltda; a leste, por 31,00 metros, com área remanescente do lote em questão, e a sudoeste, por 26,50 metros, com área absorvida pela Perimetral Oeste (matrícula 53.164) e que era de propriedade de João Antônio Rodrigues.
b) Parte do lote nº 01 da quadra 2016, setor 01, zona 44, com 11.298,65m2 de propriedade atribuída a MP Estruturas Metálicas Ltda (atual MP Empreendimentos e Serviços Ltda) com as seguintes medidas e confrontações: partindo do marco divisório leste da área de propriedade de João Antônio Rodrigues, segue 4,50 metros no sentido sudoeste-nordeste, daí, infletindo em ângulo de 122 graus, segue na direção sul por uma linha reta de 140,00 metros de extensão, e após uma linha curva de raio igual a 25,00 metros com 40,00 metros de extensão, até encontrar o vértice noroeste da área absorvida pela Rua Carlos Bianchini (matrícula 8.268), perfazendo assim uma linha de 180,00 metros de extensão, com área remanescente do lote em questão; daí toma a direção norte-sul, numa extensão de 12,50 metros, confrontando com área absorvida pela Rua Carlos Bianchini (matrícula 8.268) e que eram de MP Estruturas Metálicas Ltda. (atual MP Empreendimentos e Serviços Ltda), novamente segue a direção nordeste-sudeste numa extensão de 203,00 metros, cuja confrontação é com área absorvida pela Perimetral Oeste até encontrar a vértice leste da área de propriedade de COPEMI Empreendimentos Imobiliários Ltda (matrícula 13.242), daí por uma linha curva de raio igual a 250,00 metros, e, após, por uma linha reta com 72,00 metros, perfazendo um total de 289,00 metros direção sul-norte, onde confronta com área remanescente do lote em questão e, finalmente, segue a direção sudoeste-nordeste junto a linha divisória da área de João Antonio Rodrigues numa extensão de 42,00 metros até encontrar o marco inicial ou ponto de partida.
c) Parte do lote nº 04 da quadra 2042, setor 01, zona 44, com 756,00m2 de propriedade atribuída a COPEMI Empreendimentos Imobiliários Ltda, com as seguintes medidas e confrontações: a noroeste, por 34,00 metros, com área absorvida pela Perimetral Oeste e que eram de Wolmy Moreira de Oliveira; a sudeste, por 22,00 metros, com rua sem denominação oficial; a leste, por 31,00 metros, com área remanescente do lote em questão e, a sudoeste, por 27,00 metros, com área absorvida pela Perimetral Oeste e que era de propriedade de João Antônio Rodrigues (matrícula 53.164).
Art. 2º O Município assume o compromisso de considerar as áreas doadas, descritas no artigo 1º desta Lei, como antecipação de área Institucional (área verde) de futuros parcelamentos que os doadores venham a promover nas áreas remanescentes dos terrenos doados, respeitada a legislação pertinente.
Art. 3º As propostas constantes às fl. 02 do processo administrativo nº 98/1906-1 e a planta de quadras anexa ficam fazendo parte integrante desta Lei como se nela estivessem transcritas.
Art. 4º As despesas de escrituração das áreas a serem doadas correrão à conta do Município, enquanto os tributos incidentes sobre elas até a data de assinatura das respectivas escrituras, serão de responsabilidade dos doadores.
Art. 5º O aproveitamento da área de terras, absorvida pela presente doação onerosa, deu-se em obra do Sistema Viário do Município, integrante do Complexo das Perimetrais, intitulada Perimetral Oeste, no trajeto oeste da Av. Ruben Bento Alves.
Art. 6º Fica garantido à empresa MP Empreendimentos e Serviços Ltda o direito à exploração, por prazo indeterminado, do poço artesiano existente sobre o leito da área doada (canteiro central).
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 05 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.861

de 03 de junho de 1998.
Autoriza celebração de Convênio entre o Município de Caxias do Sul, através da Secretaria Municipal da Saúde e do Hemocentro Regional de Caxias do Sul, e a Fundação Universidade de Caxias do Sul - Hospital Geral, visando à prestação de serviços especializados de assistência hemoterápica e fornecimento de hemocomponentes.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Fica autorizada a celebração de Convênio entre o Município de Caxias do Sul, através da Secretaria Municipal da Saúde e do Hemocentro Regional de Caxias do Sul, e a Fundação Universidade de Caxias do Sul - Hospital Geral, visando à prestação de serviços especializados de assistência hemoterápica e fornecimento de hemocomponentes.
Art. 2º A minuta do Convênio em anexo fica fazendo parte da presente Lei como se nela estivesse transcrita.
Art. 3º Em decorrência da aprovação do Convênio, objeto desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a promover todos os atos administrativos visando ao seu perfeito cumprimento.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 03 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.860

de 02 de junho de 1998.
Autoriza indenização de danos materiais resultantes de transbordamento de galeria de águas pluviais.
O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a indenizar o proprietário do imóvel localizado na Rua Atílio Bassanesi, nº 1.190, Bairro Floresta, no valor de R\$ 4.675,00 (quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais), em virtude de danos materiais causados por transbordamento de galeria subterrânea de esgoto pluvial.
Parágrafo único. O valor será atualizado monetariamente com base no IGPM-FGV, da data do requerimento, 18 de setembro de 1997, até o efetivo pagamento.
Art. 2º Para atender ao encargo de que trata esta Lei servirá de recurso a dotação orçamentária de código 2115/3132.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 02 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.878

de 01 de julho de 1998.

Institui o Fundo Novo Horizonte da Propriedade Familiar Rural - Fonte Rural - e dá outras providências.

O Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Fundo Novo Horizonte da Propriedade Familiar Rural - Fonte Rural - é um fundo municipal de natureza rotativa, com o objetivo de financiar as atividades agropecuárias nas propriedades familiares do meio rural de Caxias do Sul.

Art. 2º Constituem recursos do Fonte Rural:

I - dotações orçamentárias anuais consignadas no orçamento municipal e as verbas adicionais que forem estabelecidas no decurso de cada exercício;

II - receitas provenientes da prestação de serviços de mecanização agrícolas ou outros serviços executados pela Secretaria Municipal da Agricultura aos agricultores;

III - recursos oriundos da União, do Estado ou de outras instituições públicas ou privadas;

IV - recursos provenientes da comercialização de insumos ou produtos agrícolas ou florestais, resultantes das atividades de fomento executadas pela Secretária Municipal da Agricultura.

Parágrafo único. Os saldos financeiros do Fonte Rural existentes no final de cada exercício serão, automaticamente, transferidos para o exercício seguinte, somando-se às demais receitas integrantes do fundo para compor a nova dotação.

Art. 3º O Fonte Rural financiará, prioritariamente, propriedades familiares visando a promover a inclusão social, aumento da produção e da produtividade agrícola, melhoria na comercialização de produtos agropecuários e atividades que facilitem a aquisição de insumos agrícolas, melhoria da infra-estrutura das pequenas propriedades, atividades que agreguem valor à produção agrícola, atividades de fomento à organização dos agricultores, melhoria da qualidade de vida das famílias de produtores, atividades que promovam o desenvolvimento sustentável do meio rural ou outras prioridades definidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 4º O Fonte Rural caracteriza-se como fundo rotativo, onde, a partir dos recursos a ele destinados, conforme o previsto no art. 2º, buscará a auto-suficiência de recursos pela reaplicação das amortizações.

Art. 5º Consideram-se habilitados para efeitos desta Lei os agricultores que:

I - individualmente ou organizados em grupos ou associações, proprietários ou não, detenha, cada produtor, o domínio ou a posse de área de no máximo 15 (quinze) hectares;

II - residam no estabelecimento ou em comunidades rurais;

III - tenham, na exploração da unidade produtiva, sua atividade econômica e meio de subsistência principal;

IV - participem, com seus dependentes, da realização da produção;

V - tenham talão do produtor de Caxias do Sul e o movimentem.

Art. 6º Terão prioridade no financiamento produtores que estejam dentro das áreas de atuação do Projeto Companheiro da Secretaria Municipal da Agricultura, projetos encaminhados por grupos, associações ou outras formas de organização de agricultores, projetos ligados à agroindústria artesanal, agricultores que estejam dentro das áreas de bacia de captação de água para abastecimento da população e produtores rurais que tenham cursado ou participem do projeto de Qualificação de Agricultores da Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 7º A Secretaria Municipal da Agricultura, ouvindo o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, poderá ampliar a área prevista no inciso I especificamente para atender às peculiaridades existentes nas regiões de campo de Caxias do Sul.

Art. 8º A Secretaria Municipal da Agricultura caberá a administração do Fonte Rural.

Art. 9º A liberação de financiamento ocorrerá somente com parecer favorável do Secretário Municipal da Agricultura, do Conselho do Fonte Rural e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 10º O Conselho do Fonte Rural é composto por um representante da Secretaria Municipal da Agricultura, um representante da Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art. 11º A Secretaria Municipal da Fazenda procederá aos controles contábeis e financeiros de movimentação de recursos do Fonte Rural, conforme contido nesta Lei, e fará a tomada de conta dos recursos aplicados.

Art. 12º Os recursos do Fonte Rural serão mantidos em conta especial, em banco oficial de crédito no Município, onde serão também efetuados os depósitos dos pagamentos provenientes dos reembolsos dos financiamentos.

Art. 13º Os recursos do Fonte Rural não aplicados, conforme previsto nesta Lei, serão aplicados no mercado de capitais, em banco oficial de crédito.

Art. 14º A solicitação do financiamento deve ser feita na Secretaria Municipal da Agricultura, acompanhada de projeto elaborado por profissional habilitado, onde conste a viabilidade técnica e econômica do objeto financiado.

Art. 15º O pagamento dos financiamentos será efetuado com base no sistema "equivalência produto" ou com encargos financeiros compatíveis.

Art. 16º A carência, amortização, volume a ser financiado por produtor em relação à capacidade de pagamento, garantia dos financiamentos e forma de pagamento em caso de frustração de safra constarão no regulamento desta Lei.

Art. 17º Quando o agricultor que tomou o financiamento abandonar a atividade, a dívida terá antecipado o seu vencimento, incidindo juros e correção pelos índices oficiais desde o momento da comprovação do abandono até o efetivo pagamento.

Art. 18º Os recursos existentes e os destinados no orçamento para o Fundo Rotativo de Comercialização de Produtos Agropecuários, por força da Lei nº 2.204, de 27 de dezembro de 1974, passam a partir da publicação desta Lei, automaticamente para o Fundo Novo Horizonte da Propriedade Familiar Rural - Fonte Rural.

Art. 19º Esta Lei será regulamentada, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua publicação, e remetida cópia à Câmara Municipal.

Art. 20º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.204, de 27 de dezembro de 1974, que institui o Fundo Rotativo de Comercialização de Produtos Agropecuários.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 01 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 9.294

de 23 de junho de 1998.

Aprova Loteamento denominado Loteamento Residencial Vista do Sol.

Gilberto José Spier Vargas, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, de acordo com as disposições da Lei nº 3.300, de 29 de novembro de 1988,

DECRETA:

Art. 1º É aprovado, de acordo com os Processos Administrativos nºs 11481/96 e 11799/95, o Loteamento de propriedade de Eduardo Clemente Zanol e outros, localizado na parte norte de Caxias do Sul, com a área de 31.977,25m² (trinta e um mil, novecentos e setenta e sete metros e vinte e cinco decímetros quadrados) dentro das seguintes medidas e confrontações:

"Lote urbano número cinco (5), da quadra número três mil, duzentos e quinze (3.215), numerações administrativas, parte do antigo lote rural número 137, do Travessão Pedro Américo, deste município, com a área de trinta e um mil, novecentos e setenta e sete metros e vinte e cinco decímetros quadrados (31.977,25m²), localizado na Região Administrativa de Ana Rech, perímetro urbano da cidade de Caxias do Sul, no quarteirão formado pelas ruas João Zanol, Padre Gerônimo Rossi, rua sem denominação oficial, limite da quadra número 3216 e limite do perímetro urbano, com frente à rua Padre Gerônimo Rossi, lado ímpar, medindo e confrontando: a nordeste, por duas linhas, sendo a primeira de duzentos e cinquenta e quatro metros e setenta centímetros (254,70m), com os lotes números vinte e quatro (24), trecho da rua sem denominação oficial codificada sob número 37-04-13 e limite com a quadra número três mil, novecentos e oito (3908), e a segunda, de cento e vinte e nove metros (129,00m), com o lote número dois (2); a sudeste, por uma linha irregular, de cento e trinta e um metros e setenta e seis centímetros (131,76m), paralela ao alinhamento prdial da rua Pe. Gerônimo Rossi, com o leito desta rua e por dezessete metros e quarenta centímetros (17,40m) com parte do lote número vinte e quatro (24) da quadra número três mil, duzentos e quinze (3215); ao sul, por cento e um metros e treze centímetros (101,13m), com o lote número quinze (15) e parte com propriedade de José Araré; a oeste, por trezentos e vinte e dois metros e dezesseis centímetros (322,16m), com o lote número quinze (6), da mesma quadra, conforme matrícula nº 35349, fls. 01 do Livro nº 2 do Registro Geral de Imóveis da 2ª Zona desta Cidade.

Art. 2º Além da área descrita no "caput" são destinados 6.432,04m² (seis mil, quatrocentos e trinta e dois metros e quatro decímetros quadrados), sem ônus, à Prefeitura Municipal, pela(o) proprietária(o), para ruas e passeios públicos.

Art. 3º A área do Loteamento denominada área dos quarteirões, destinada à venda, é de 20.748,02m² (vinte mil, setecentos e quarenta e oito metros e dois decímetros quadrados).

Art. 4º O número total de lotes é de 50 (cinquenta) todos com testada mínima de 12,00 metros, sendo o lote com menor área de 360,00 (trezentos e sessenta) metros quadrados para mais.

Art. 5º O Loteamento de que trata o presente Decreto é autorizado mediante as condições constantes do Termo de Compromisso firmado pelo (a) proprietário (a) e arquivado na Secretaria do Desenvolvimento Urbano: com o seguinte teor:

"TERMO DE COMPROMISSO"

Pelo presente Termo de Compromisso EDUARDO CLEMENTE ZANOL, DIRCEU ZANOL, ANGELA MARIA ZANOL, LIZETE MARIA ZANOL, CELSO RANCAN, CLAIRE GERTRUDES ZANOL RANCAN, JOSÉ ALFREDO BOFF, INES ZANOL BOFF, JOSÉ VALDIR DE ARAÚJO, SALETE ZANOL DE ARAÚJO, DIRCEU LUIZ GAVIRAGHI, MARIA LURDES GAVIRACHI, RENATO ANTÔNIO KUQUERT, ISOLDA ZANOL KUQUERT, ARI KICH, JUREMA ZANOL RECH, ANTÔNIO JOSÉ RECH e IOLANDA ZANOL RECH, representados por seu procurador JOÃO ZANOL, brasileiro, casado, motorista aposentado, CPF 010.830.310/15, residente e domiciliado nesta cidade, assumem a responsabilidade de realizar às suas expensas as obras necessárias à urbanização do parcelamento de uma gleba de terras urbanas de sua propriedade de 31.077,25m² constituído pelo atual lote urbano nº 05 da quadra nº 3215, com frente para a rua Padre Gerônimo Rossi, na região administrativa de Ana Rech no quarteirão formado pelas Ruas João Zanol, Rua Padre Gerônimo Rossi, Rua sem denominação oficial, limite da quadra 3216 e limite do perímetro urbano, que levará o nome de Loteamento Residencial Vista do Sol.

As obrigações decorrem da Lei nº 3.300, que rege a implantação de loteamentos no município, que signatários propõem-se a cumprir na íntegra o abaixo especificado e que serão executadas na forma do presente Termo de Compromisso, mediante supervisão e fiscalização dos setores competentes da Municipalidade, e em consonância com os projetos aprovados:

Adução e canalização de águas: A canalização será em tubos de PVC, classe 15, ponta e bolsa e anel de borracha. Quando à implantação da rede, será executada de acordo com as especificações e projeto aprovado pelo SAMAE.

Rede elétrica e de iluminação pública: Será executada de acordo com as normas da RGE - Rio Grande Energia (antiga CEEE), sendo usados postes de madeira sempre que esta os permitir.

Rede de esgoto pluvial: Será em tubos de cimento, as travessias serão em tubos de cimento armado, com dimensões constantes do projeto e memorial descritivo específico.

Abertura de ruas: Todas as ruas deste Loteamento serão totalmente abertas de acordo com projeto e greides apresentados, revestidas com camada de brita.

A área institucional será cercada com, no mínimo, cinco fios de arame farpado galvanizado com palanques de cerne de eucalipto, destandiados, no máximo, de três metros entre si, de acordo com o que prevê a lei vigente.

O prazo de conclusão das obras constantes dos itens "a" até "f" é de dois (02) anos, a contar da data da assinatura do Decreto de aprovação do Loteamento, conforme determina a Lei Federal nº 6766/79, artigo 18, inciso V.

Os signatários se comprometem a concluir integralmente todos os serviços de urbanização mencionados, antes de receber o valor da metade de todos os terrenos, considerados separadamente e que deverá constar dos Contratos de Compra e Venda, conforme determina a Lei nº 3.300/98 em seu artigo 57, incisos I a IV e parágrafo único.

Todas as obras de infra-estrutura do Loteamento, assim como a área verde e as áreas viárias, serão transferidas ao Município na forma da Lei nº 3.300/88.

Aprovado o projeto de Loteamento, os signatários se comprometem a efetuar o seu registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo determinado pelo Decreto de aprovação do mesmo.

Para garantia da execução das obrigações constantes do presente Termo de Compromisso, os signatários propõem a hipoteca dos seguintes lotes: 01 ao 10 da quadra A em favor do município, os quais correspondem a 20% do total dos lotes, conforme exige a Lei nº 3.300/88, em seu artigo 33, parágrafo 1º.

E para fiel cumprimento das determinações das Leis vigentes e inseridas no presente Termo de Compromisso, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Caxias do Sul, 11 de dezembro de 1997.

Proprietários:

Eduardo Clemente Zanol e outros

P/P João Zanol

Responsável técnico:

Nelci Luiz Ferreira

Arquiteto - CREA 47364"

Art. 3º As obrigações decorrentes da Lei Municipal nº 3.300, de 29 de novembro de 1988, além das já fixadas, que o (a) proprietário (a) do Loteamento propõem-se cumprir, serão executadas na forma da referida Lei, deste Decreto e mediante supervisão e fiscalização da Prefeitura Municipal.

Art. 4º O presente Loteamento foi inscrito no Livro de Registro de Loteamento sob nº 292, da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, em 23 de junho de 1998.

Art. 5º Sobre a área do Loteamento aprovado inexistem quaisquer direitos reais previstos pelo artigo 674 do Código Civil Brasileiro, conforme certidão negativa fornecida pelo Ofício de Imóveis da 2ª Zona desta Cidade.

Parágrafo único. Excetua-se das disposições do "caput" a hipoteca em favor do Município, dos lotes descritos no artigo 2º, Termo de Compromisso.

Art. 6º Dentro dos prazos previstos na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, EDUARDO CLEMENTE ZANOL E OUTROS comprometem-se a adotar todos os procedimentos legais nela fixados, sob pena de caducidade do presente Decreto de aprovação de Loteamento.

Art. 7º O (a) proprietário(a) do Loteamento de que trata este Decreto fica obrigado, sob pena de revogação do presente ato, a cumprir com o disposto no artigo 18 da Lei referida no "caput" do presente artigo.

Art. 8º Ocorrendo a hipótese de que trata o artigo 38 da Lei referida no "caput" do presente artigo, deverão os adquirentes de lotes procederem na forma estabelecida pela citada Lei.

Art. 9º Ao adotar o procedimento de que trata o Art. 1º deste artigo, o (a) Loteador(a) requererá, no mesmo ato, ao Ofício de Imóveis, que se cumpra o disposto no artigo 22 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, obedecidas as normas do artigo 19, especialmente de seu Art. 5º.

Art. 10º O (a) Loteador(a) obriga-se a cumprir e respeitar todos os termos emanados da Lei Municipal nº 3.300, de 29 de novembro de 1988, deste Decreto, e da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sob pena de caducidade da aprovação do Loteamento.

Art. 11º Transcorridos os prazos fixados pela Prefeitura Municipal para realização das condições impostas pela Lei de Loteamentos de Caxias do Sul, e não concluídos conforme prometido pelo (a) proprietário (a), o promitente comprador deverá suspender o pagamento das prestações ao promitente vendedor, passando a depositá-la em nome e à disposição da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, em estabelecimento bancário por ela indicado, com sede ou agência no Município. O recibo de depósito valerá como quitação de prestação contratual depositada para todos os efeitos.

Art. 12º Os lotes propostos como garantia à execução das obras referidas no artigo 2º, Termo de Compromisso, do presente Decreto, deverão ter sua escritura pública de hipoteca entregue ao Poder Público Municipal no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 13º Os prazos estabelecidos pelo Município e prometidos pelo (a) Loteador (a), com respeito às obras de urbanização, começam a fluir e contar da data de publicação do presente Decreto.

Art. 14º O presente Decreto de aprovação de Loteamento somente produzirá efeitos legais com a competente inscrição no registro de Imóveis, em nome do Município de Caxias do Sul, dos imóveis descritos nos Art. 1º e 2º do art. 1º, bem assim com a inscrição no mesmo Registro, da hipoteca em garantia de execução das obrigações postas no competente Termo de Compromisso que trata o art. 2º, relativamente a 10 lotes referidos na parte final do citado termo.

Art. 15º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 23 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Varga
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL
Edio Elói Frizzo
SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

DECRETO Nº 9.293

de 18 de junho de 1998.

Confere permissão de uso de solo público e espaço aéreo para a prestação de serviço de utilidade pública para plantio de mudas de árvores com respectivos protetores.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 32 e 94, inciso III, ambos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º É conferida a GIANI - PEÇAS E SERVIÇOS PARA ELETRODOMÉSTICOS LTDA., com sede na Rua Visconde de Pelotas, nº 122, Caxias do Sul, permissão de uso de

solo público e do espaço aéreo para a prestação de serviço de utilidade pública pela implantação de 30.000 (trinta mil) protetores de árvores, com o plantio das respectivas mudas, mediante exploração publicitária pela Permissãoária, em locais previamente determinados pela Secretaria Municipal dos Serviços Públicos Urbanos.

Art. 2º O prazo de permissão a que se refere o artigo anterior é de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação do contrato respectivo na imprensa oficial.

Art. 3º As condições para a presente permissão estão contidas no processo licitatório concorrência nº 010-98 e no contrato celebrado entre o Município de Caxias do Sul e GIANI - PEÇAS E SERVIÇOS PARA ELETRODOMÉSTICOS LTDA., cujas disposições fica fazendo parte integrante deste Decreto, independente de transcrição.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 18 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL
Adão Castilhos
Secretário Serviços Públicos Urbanos

DECRETO Nº 9.291

de 10 de junho de 1998.

Transferência, por doação, de bens móveis do Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM, para a Secretaria Municipal de Habitação.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, no uso das atribuições legais previstas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que o Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM, adquiriu um terreno para ampliação de sua sede e que neste encontravam-se construídas edificações antigas e sem condições de uso, as quais necessariamente foram demolidas;

CONSIDERANDO que a demolição das edificações restaram alguns materiais de construção reaproveitáveis;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Habitação possui o Banco de Materiais, que fornece materiais de construção às pessoas necessitadas;

CONSIDERANDO o disposto pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93, art. 17, inciso II, letra "a", e pela Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, em seu art. 34, inciso II, no tocante a bens móveis, dispensada a concorrência pública, em sendo doação por haver interesse público relevante, ora justificado,

DECRETA:

Art. 1º Transferem-se, por doação, do Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM, para a Secretaria Municipal de Habitação, todo o material de construção selecionado e considerado reaproveitável a seguir relacionado, conforme avaliação contida no processo administrativo nº 106/98, do IPAM, resultante da demolição de uma casa e um pavilhão, ambos de alvenaria, a primeira com dois pavimentos e o segundo com um pavimento, sob nº 2.281, localizados no Bairro Centro desta cidade de Caxias do Sul, no terreno urbano constituído pelo lote administrativo nº 14 da quadra nº 1.726, anteriormente constituído de parte do lote nº 09, da mesma quadra, com frente ao sul para a rua Pinheiro Machado, lado ímpar, distando aproximadamente 11,00 metros da esquina com a rua Pinheiro Marechal Floriano, no quarteirão formado pelas citadas vias, mais as ruas Bento Gonçalves e Moreira César, com área de 330,00m², medindo e confrontando: ao norte, por 11,00 metros, com terras de José Antonio Candeia e outros; ao sul, por 11,00 metros, com a rua Pinheiro Machado; a leste, por 30,00 metros, com terras do IPAM; a oeste, por 30,00 metros, com o lote nº 07, do Edifício Florenville.

QUANTIDADE	TIPO DE MATERIAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
09 un.	Guias de madeira 0,15 X 2(4m)	R\$ 1,75	R\$ 15,75
14 un.	Barrotes 0,15 X 0,20 (4,20)	R\$ 7,50	R\$ 105,00
12 un.	Barros 0,16 X 0,10 (4,10m)	R\$ 5,25	R\$ 63,00
60 un.	Tábuas para forro 0,20 (5m)	R\$ 4,90	R\$ 294,00
30 un.	Tábuas de assoalho - vários	R\$ 4,55	R\$ 136,50
110 un.	Folhas de zinco 0,70 X 2m	R\$ 3,02	R\$ 332,20
20 un.	Listões de madeira 7 cm X 5m	R\$ 2,45	R\$ 49,00
12 un.	Caibros 8 X 8(5m)	R\$ 4,07	R\$ 48,84

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 10 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.292

de 10 de junho de 1998.

Abre crédito adicional suplementar ao IPAM

Gilberto José Spier Vargas, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e tendo presente o disposto na Lei nº 4.787, de 18 de dezembro de 1997,

DECRETA:

Art. 1º É suplementada a seguinte dotação orçamentária:

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

0401.15070212.001 - Manutenção Dos Serviços Administrativos

4.1.2.0 - Equipamento e Material Permanente R\$ 35.000,00

Art. 2º A suplementação acima será coberta com os recursos originários da dotação 0400.9999999.999 - Reserva de Contingência.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 10 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.288

de 03 de junho de 1998.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.801, de 29 de dezembro de 1997 e obedecendo as normas constantes na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 269.000,00 (duzentos e sessenta e nove mil reais) a fim de atender as despesas do orçamento em execução nas dotações a seguir especificadas:

0707 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03070212.029 - Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos

4120 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.000,00

03070222.033 - Serviços de Arquivos e Microfilmagem

3111.20 - Pessoal Civil - Servidores R\$ 75.000,00

03070242.034 - Serviços de Manutenção de Softwares e Equipamentos de Informática para o Município

3111.20 - Pessoal Civil - Servidores R\$ 70.000,00

1010 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

08462282.057- Esportes, Recreação e Educação Física

3132 - Outros Serviços e Encargos R\$ 30.000,00

1313 - SECRETARIA DE VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

16880212.101- Serviços de Oficina Mecânica e Manutenção de Veículos e Equipamentos de Tração

3132 - Outros Serviços e Encargos R\$ 90.000,00

Art. 2º Servirão de recursos para atender o constante do Artigo 1º, a redução nas dotações a seguir especificadas:

0707 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03070242.034- Serviços de Manutenção de Softwares e Equipamentos de Informática para o Município

4120 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.000,00

03070432.035- Serviços de Vigilância e Escola de Formação

3111.20 - Pessoal Civil - Servidores R\$ 145.000,00

1010 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

08411852.052- Serviços de Atendimento de Creches

3132 - Outros Serviços e Encargos R\$ 30.000,00

1313 - SECRETARIA DE VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS

13764492.099- Conservação do Sistema de Esgotos Pluviais

3132	- Outros Serviços e Encargos	R\$ 40.000,00
16885342.102-	Conservação e Melhorias de Estradas Vicinais do 1º Distrito	
3132	- Outros Serviços e Encargos	R\$ 10.000,00
16885752.103-	Conservação do Sistema Viário	
3120	- Material de Consumo	R\$ 20.000,00
3132	- Outros Serviços e Encargos	R\$ 20.000,00
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.		
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 03 de junho de 1998.		
Gilberto José Spier Vargas PREFEITO MUNICIPAL Marisa Formolo Dalla Vecchia SECRETÁRIA-GERAL		

DECRETO Nº 9.287

de 1º de junho de 1998.

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no valor de R\$ 24.500,00 e dá outras providências.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.800, de 23 de dezembro de 1997.

DECRETA:

Art. 1º É aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações orçamentárias dos elementos de despesa:

ÓRGÃO: 03 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0301 -GABINETE DO DIRETOR-GERAL - DIG

Atividade: 13760242.002 - Manutenção dos Serviços de Informática

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente 2.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0302 -DIVISÃO ADMINISTRATIVA - DIA

Atividade: 13760212.002- Gerência Administrativa e de Recursos Humanos

4.1.2.0 - Equipamentos e material permanente 2.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0303 -DIVISÃO FINANCEIRA-DIF

Atividade: 13760302.005 - Gerência Comercial e Financeira

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente 5.000,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0304 - DIVISÃO TÉCNICA - DTC

Atividade: 13760251.002 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Administrativos e Operacionais

3.1.2.0 - Material de Consumo 10.000,00

Atividade: 13764472.008 - Planejamento e Gerência de Obras

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente 2.000,00

Atividade: 13764472.009 - Manutenção dos Serviços de Abastecimento de Água

3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais 3.500,00

TOTAL 24.500,00

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior será coberto com recursos provenientes da redução da Reserva de Contingência, assim especificada:

ÓRGÃO: 03 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

99999999.999 - 9.0.0.0 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 24.500,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 1º de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.282

de 28 de maio de 1998.

Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação pelo SAMAE, área de propriedade atribuída ao Senhor RAYMUNDO FRANCISCO BOSSARDI E SUA ESPOSA.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela regra do artigo 94, incisos XI e XII da Lei Orgânica do Município, tendo presente as disposições contidas nos artigos 2º, 5º, alínea "d", e 6º do Decreto - Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, a área de 73,64m2, dentro de um todo maior de 41.833,27m2, localizada no Distrito de Criúva, por ser necessária ao abastecimento e tratamento de água deste mesmo Distrito, com as seguintes confrontações:

Uma área de terras rurais, sem benfeitorias, confrontando: ao norte, por 5,20m com terras de Leda Judith Bossardi; ao sul, por 5,20m, com a estrada pública que vai de Criúva a São Jorge; a leste, por 10,70m, com terras de Vitorino Bossardi; a oeste, por 10,70m, com terras de Benvenuto Bossardi, cuja área encontra-se matriculada sob nº 58411 fl. 01, livro nº 02 no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona de Caxias do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 28 de maio de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.275

de 20 de maio de 1998.

Nomeia membro Suplente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere a Lei nº 4.731, de 03 de novembro de 1997 e a Lei Orgânica do Município, nomeia a Senhora EVA DAUTINA TEIXEIRA DOMINGUES como Suplente, representante do Poder Executivo Municipal, para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 20 de maio de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.266

de 08 de maio de 1998.

Altera normas para a contratação com a Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul - CODECA.

Gilberto José Spier Vargas, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º A unidade administrativa municipal que for responsável pela contratação com a Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul - CODECA, com fundamento no artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93, para execução de obras, serviço ou compra, deverá efetuar orçamento detalhado que expresse a composição dos custos unitários do objeto.

Art. 2º A unidade interessada deverá também efetuar análise e pesquisa de mercado, na qual, o servidor que a executar, obterá o preço de unidade de serviço, compra ou obra pesquisado, indicando as empresas contactadas ou publicações especializadas consultadas e certificando a compatibilidade com os preços vigentes no mercado.

Art. 3º O orçamento e a pesquisa de mercado deverão vir ao processo com a assinatura do responsável financeiro e do servidor que executou a pesquisam quando não executada pelo mesmo, sendo considerados responsáveis diretos pela variedade das informações.

Art. 4º Quando pela natureza do objeto restar impossível o cumprimento do que dispõe o artigo 2º, deverá o titular da unidade justificar amplamente as circunstâncias que determinam a impossibilidade.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 8.482, de 13 de dezembro de 1995.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 08 de maio de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.240

de 06 de abril de 1998.

Concede auxílio autorizado pela Lei nº 3.725, de 03 de outubro de 1991.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º É concedido à Associação Educacional Helen Keller, sediada nesta cidade, o auxílio de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), destinados à aquisição de 8.000 (oito) mil bilhetes de passagens ou fichas de transporte coletivo urbano, referente aos meses de março e abril de 1998, a serem utilizados por entidades que prestam assistência educacional a portadores de deficiência física, mental, auditiva e visual.

Art. 2º A despesa decorrente do auxílio estabelecido no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da dotação 2063/3231.10, da Secretaria da Educação.

Art. 3º A Associação Educacional Helen Keller deverá prestar contas à Secretaria da Fazenda da perfeita aplicação do auxílio de que trata este Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias após o seu recebimento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 06 de abril de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.318

de 13 de julho de 1998.

Abre Crédito Adicional Especial.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Municipais nº 4.801, de 29 de dezembro de 1997 e nº 4.833, de 02 de julho de 1998 e obedecendo as normas constantes na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 79.357,73 (setenta e nove mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos) a fim de atender as despesas do orçamento em execução nas dotações a seguir especificadas:

1717 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

03080351.010- Participação Societária na Festa Nacional da Uva Turismo Empreendimentos S/A

4260- Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras R\$ 79.357,73

Art. 2º Servirá de recurso para atender o constante do Artigo 1º, a redução na dotação a seguir especificada:

0707- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03070242.034- Serviços de Manutenção de Softwares e Equipamentos de Informática para o Município

4120 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 79.357,73

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 13 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Caleb Medeiros de Oliveira
SECRETÁRIO-GERAL

DECRETO Nº 9.315

de 08 de julho de 1998.

Abre crédito adicional suplementar na Fundação de Assistência Social.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis nºs 4.795 de 23 de dezembro de 1997 e 4.320 de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º É aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.590,00 (três mil, quinhentos e noventa reais), a fim de atender as despesas no orçamento em execução na dotação a seguir especificada:

0503 - Diretoria da Infância e da Juventude

15814832.006- Manutenção dos Serviços de Proteção à Criança e Adolescente

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos R\$ 3.590,00

Art. 2º Servirá de recurso para atender o constante no art. 1º a arrecadação a maior proveniente de convênio com o SESI, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e FEBEM, no valor de R\$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais).

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 08 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Caleb Medeiros de Oliveira
SECRETÁRIO-GERAL

DECRETO Nº 9.313

de 07 de julho de 1998.

Nomeia representante do Conselho de Alimentação Escolar.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, I, da Lei Municipal nº 4.359, de 27 de novembro de 1995 e a Lei Orgânica do Município, nomeie a Senhora MARISA FORMOLO DALLA VECCHIA, para o Conselho de Alimentação Escolar, titular da Secretaria Municipal da Educação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 07 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Caleb Medeiros de Oliveira
SECRETÁRIO-GERAL

DECRETO Nº 9.312

de 07 de julho de 1998.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

Gilberto José Spier Vargas, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Municipais nº 4.801, de 29 de dezembro de 1997 e obedecendo as normas constantes na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 279.974,19 (duzentos e setenta e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e dezenove cnetavos) a fim de atender as despesas do orçamento em execução nas dotações a seguir especificadas:

1010- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

08421882.054- Manutenção do Ensino de Primeiro Grau e Especial

3111.20 - Pessoal Civil - Servidores R\$ 94.987,00

3132 - Outros Serviços e Encargos R\$ 94.987,00

4110.010- Obras e Instalações - com recursos próprios R\$ 90.000,00

Art. 2º Servirão de recursos para atender o constate do Artigo 1º, o valor transferido do Estado do Rio Grande do Sul referente o SALÁRIO - EDUCAÇÃO, correspondendo a R\$ 189.467,43 (cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta e três centavos), a parcela dos meses de janeiro e junho de 1998 e R\$ 90.506,76 (noventa mil, quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos), a parcela do mês de fevereiro de 1998 e 30% (trinta por cento) da parcela do mês de março de 1998.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 07 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Caleb Medeiros de Oliveira
SECRETÁRIO-GERAL

DECRETO Nº 9.311

de 02 de julho de 1998.

Abre Crédito Adicional Suplementar

Gilberto José Spier Vargas, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Municipais nº 4.801, de 29 de dezembro de 1997 e nº 4.014, de 26 de julho de 1993 e obedecendo as normas constantes na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 125.800,00 (cento e vinte e cinco mil e oitocentos reais) a fim de atender as despesas do orçamento em execução nas dotações a seguir especificadas:

1010 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

08421872.053- Alfabetização de Adultos

3120 - Material de Consumo R\$ 5.340,00

3131 - Remuneração de Serviços Pessoais R\$ 14.460,00

08421882.054- Manutenção do Ensino de Primeiro Grau e Especial

3120 - Material de Consumo R\$ 10.500,00

3132 - Outros Serviços e Encargos R\$ 10.500,00

1313 - SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

13764491.006- Obras de Esgotos em Zonas de Risco e Alagamentos

4110.010- Obras e Instalações - com recursos próprios R\$ 85.000,00

Art. 2º Servirá de recurso para atender o constante do Artigo 1º, a redução na dotação a seguir especificada:

1313 - SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

13764491.007- Ampliação de Redes de Esgotos

4110.010- Obras e Instalações - com recursos próprios R\$ 85.000,00

Art. 3º Servirão de recursos para complementar o constante no Artigo 1º, os valores recebidos do Programa PIA 2000, sendo R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) dentro do Projeto "TODOS NA ESCOLA", e R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) referente ao Projeto "ALFABETIZAÇÃO E CIDADANIA".

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 02 de julho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.309

de 30 de junho de 1998.

Concede auxílio autorizado pela Lei nº 3.725, de 03 de outubro de 1991.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º É concedido à Associação Educacional Helen Keller, sediada nesta cidade, o auxílio de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), destinados à aquisição de 12.000 (doze mil) bilhetes de passagens ou fichas de transporte coletivo urbano, referente aos meses de maio, junho e julho de 1998, a serem utilizados por entidades que prestam assistência educacional a portadores de deficiência física, mental, auditiva e visual.

Art. 2º A despesa decorrente do auxílio estabelecido no artigo 1º deste Decreto correrá a conta da dotação 2063/3231.10, da Secretaria da Educação.

Art. 3º A Associação Educacional Helen Keller deverá prestar contas à Secretaria da Fazenda da perfeita aplicação do auxílio de que trata este Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias após o seu recebimento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.308

de 30 de junho de 1998.

Nomeia representante do Conselho de Alimentação Escolar.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, XI, da Lei Municipal nº 4.359, de 27 de novembro de 1995 e a Lei Orgânica do Município, nomeia o Senhor DIOGO PISTORELLO para o Conselho de Alimentação Escolar, representante das Entidades Estudantis das Escolas Municipais.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.307

de 30 de junho de 1998.

Nomeie representante do Conselho de Alimentação Escolar.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, X, da Lei Municipal nº 4.359, de 27 de novembro de 1995 e a Lei Orgânica do Município, nomeia o Senhor ANTÔNIO GARBIN para o Conselho de Alimentação Escolar, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.306

de 30 de junho de 1998.

Nomeia representantes do Conselho de Alimentação Escolar.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, LX, da Lei Municipal nº 4.359, de 27 de novembro de 1995 e a Lei Orgânica do Município, nomeia as Senhoras MARIA LUIZA BONGIORNI BE-DIN e VERA MARIA DE ANTONI para o Conselho de Alimentação Escolar, representantes de Diretores em Exercício nas Escolas Municipais.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.305

de 30 de junho de 1998.

Nomeia representante do Conselho de Alimentação Escolar.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere o argigo 2º, VIII, da Lei Municipal nº 4.359, de 27 de novembro de 1995 e a Lei Orgânica do Município, nomeia a Senhora GISLAINE ERACY BOSSLE DE FREITAS, Orientadora Pedagógica Representante do Meio Rural, e a Senhora ADILES FÁ-TIMA DA SILVA BORGES, Orientadora Pedagógica Representante do Meio Urbano, para o Conselho de Alimentação Escolar.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.304

de 30 de junho de 1998.

Nomeia representante do Conselho de Alimentação Escolar.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, VII, da Lei Municipal nº 4.359, de 27 de novembro de 1995 e a Lei Orgânica do Município, nomeia o Senhora VILSON LEME DOS REIS para o Conselho de Alimentação Escolar, representante do Centro de Integração dos Círculos de Pais e Mestres das Escolas Municipais.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.303

de 30 de junho de 1998.

Nomeia representante do Conselho de Alimentação Escolar.

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, VI, da Lei Municipal nº 4.359, de 27 de novembro de 1995 e a Lei Orgânica do Município, nomeia a Senhora IVÂNIA SIRLEY ERMEL para o Conselho de Alimentação Escolar, representante do Sindicato dos Servidores Municipais.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.

Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia

SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.302

de 30 de junho de 1998.
Nomeia representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 4.359, de 27 de novembro de 1995 e a Lei Orgânica do Município, nomeia o Senhor ARAI HORN, Técnico Agrícola da Secretaria da Agricultura, para o Conselho de Alimentação Escolar.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.301

de 30 de junho de 1998.
Nomeia representantes do Conselho de Alimentação Escolar.
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, III, da Lei Municipal nº 4.359, de 27 de novembro de 1995 e a Lei Orgânica do Município, nomeia a Senhora MARLI INÊS CEMBRANI MÔSENA, nutricionista representante da Secretaria Municipal da Educação, e a Senhora MARIBEL ROSSO, nutricionista representante da Secretaria Municipal da Saúde, para o Conselho de Alimentação Escolar.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.300

de 30 de junho de 1998.
Nomeia representante do Conselho de Alimentação Escolar.
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe confere o artigo 2º, II, da Lei Municipal nº 4.359, de 27 de novembro de 1995 e a Lei Orgânica do Município, nomeia a Senhora ANABELA FORMOLO RAMOS, Coordenadora da Merenda Escolar das Escolas Municipais, para o Conselho de Alimentação Escolar.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.297

de 30 de junho de 1998.
Nomeia, em substituição, membro do Comitê Municipal de Caxias do Sul do "PROGRAMA PIA 2000".

GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º do Decreto Municipal nº 8.721, de 25 de setembro de 1996 e pela Lei Orgânica do Município, nomeia a Senhora MARA DE OLIVEIRA, em substituição à Senhora Ilma Salomon Vieira, para integrar o Comitê Municipal de Caxias do Sul do "Programa Pia 2000", representando o Conselho Municipal de Assistência Social.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.296

de 30 de junho de 1998.
Estabelece normas para a execução orçamentária do 2º semestre de 1998.
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto nos artigos 47 a 50 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
Considerando a necessidade de disciplinar a execução orçamentária;
Considerando que a despesa municipal deve sofrer uma programação com vistas a ajustá-la ao fluxo de recursos que entram nos cofres municipais, em relação à previsão orçamentária;

Considerando, finalmente, que essas providências são exigidas pela Legislação Federal, particularmente pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:
Art. 1º A execução orçamentária dos órgãos da Administração Centralizada, no 2º semestre de 1998, obedecerá as normas e a discriminação por elemento e subelemento em cada unidade orçamentária e a classificação por projeto e atividade, constante da Lei Municipal nº 4.801, de 29 de dezembro de 1997 (Orçamento Municipal) e as normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º A utilização das dotações consignadas no Orçamento Municipal, nos elementos e subelementos de códigos 3120 - "Material de Consumo" - e 3132 - "Outros Serviços e Encargos" - será de até 80% do valor orçado, mais créditos adicionais e deduzidas as eventuais reduções.

Parágrafo único. As reservas de créditos necessárias para atender as despesas em licitação poderão superar esta cota, a critério da Junta Financeira, obedecendo o limite anual orçado mais créditos adicionais e deduzidas as eventuais reduções nas dotações específicas.

Art. 3º As demais despesas da Categoria Econômica Corrente terão como limite o seu saldo existente.

Art. 4º A realização das despesas de capital, ficam a critério da Secretaria de Planejamento Municipal - SEPLAM.

Parágrafo único. Excetua-se das disposições contidas neste artigo, as despesas de amortização da dívida contratada.

Art. 5º As despesas à conta de Créditos Adicionais Especiais não ficam sujeitas as normas baixadas por este Decreto, devendo, entretanto, receberem aprovação da SEPLAM.

Art. 6º A realização de despesas, no 2º semestre de 1998, poderá ser feita fora do regime estabelecido neste Decreto, somente nos casos reconhecidamente excepcionais, a critério da Junta Financeira.

Art. 7º Excluem-se das disposições deste Decreto, as dotações consignadas à Câmara Municipal de Vereadores, em função do estabelecido na Lei Orgânica do Município em seu Artigo 94, inciso XXIX.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.295

de 24 de junho de 1998.
Are Crédito Adicional Suplementar.
GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Municipais nº 4.801, de 29 de dezembro de 1997, nº 4.420, de 08 de janeiro de 1996, e nº 4.837, de 04 de maio de 1998, e obedecendo às normas constantes na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:
Art. 1º É aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 164.624,57 (cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos) a fim de atender as despesas do orçamento em execução nas dotações a seguir especificadas:

1515	- SECRETARIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE	
13754282.108-	Despesas do Fundo Municipal de Saúde c/recursos do SUS e FMS	
3.1.2.0	- Material de Consumo	R\$ 2.600,05
4.1.2.0	- Equipamentos e Material Permanente	R\$ 39.432,80
1717	- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
15814862.121-	Despesas do Fundo Municipal de Assistência Social c/recursos do FMAS	
3.2.3.3.60-	Contribuição Corrente do FMAS para privadas	R\$ 122.591,72
Art. 2º	Servir de recursos para atender o constante do artigo 1º, o valor de R\$ 122.591,72 (cento e vinte e dois mil, quinhentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos), recebido do Fundo Nacional de Assistência Social, visando Serviços Assistenciais de Ação Continuada - S.A.C., referentes aos repasses de março e abril de 1998, bem como o valor de R\$ 20.132,80 (vinte mil, cento e trinta e dois reais e oitenta centavos), recebido do Ministério da Saúde, referente ao Termo de Cooperação nº 364/97 - "Implantação do Hospital Dia - I.H.D" e o valor de R\$ 21.900,05 (vinte e um mil, novecentos reais e cinco centavos), referente ao Termo de Cooperação nº 366/97 - "Implantação do Serviço de Assistência Especializada - S.A.E".	
Art. 3º	Revogam-se as disposições em contrário.	

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 24 de junho de 1998.
Gilberto José Spier Vargas
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia

SECRETÁRIA-GERAL

DECRETO Nº 9.294

de 23 de junho de 1998.
Aprova Loteamento denominado Loteamento Residencial Vista do Sol.
Gilberto José Spier Vargas, Prefeito Municipal de Caxias do Sul, de acordo com as disposições da Lei nº 3.300, de 29 de novembro de 1988,

DECRETA:
Art. 1º É aprovado, de acordo com os Processos Administrativos nºs 11481/96 e 11799/95, o Loteamento de propriedade de Eduardo Clemente Zanol e outros, localizado na parte norte de Caxias do Sul, com a área de 31.977,25m2 (trinta e um mil, novecentos e setenta e sete metros e vinte e cinco decímetros quadrados) dentro das seguintes medidas e confrontações:

"Lote urbano número cinco (5), da quadra número três mil, duzentos e quinze (3.215), numerações administrativas, parte do antigo lote rural número 137, do Travessão Pedro Américo, deste município, com a área de trinta e um mil, novecentos e setenta e sete metros e vinte e cinco decímetros quadrados (31.977,25m2), localizado na Região Administrativa de Ana Rech, perímetro urbano da cidade de Caxias do Sul, no quarteirão formado pelas ruas João Zanol, Padre Gerônimo Rossi, rua sem denominação oficial, limite da quadra número 3216 e limite do perímetro urbano, com frente à rua Padre Gerônimo Rossi, lado ímpar, medindo e confrontando: a nordeste, por duas linhas, sendo a primeira de duzentos e cinquenta e quatro metros e setenta centímetros (254,70m), com os lotes números vinte e quatro (24), trecho da rua sem denominação oficial codificada sob número 37-04-13 e limite com a quadra número três mil, novecentos e oito (3908), e a segunda, de cento e vinte e nove metros (129,00m), com o lote número dois (2); a sudeste, por uma linha irregular, de cento e trinta e um metros e setenta e seis centímetros (131,76m), paralela ao alinhamento prdial da rua Pe. Gerônimo Rossi, com o leito desta rua e por dezessete metros e quarenta centímetros (17,40m) com parte do lote número vinte e quatro (24) da quadra número três mil, duzentos e quinze (3215); ao sul, por cento e um metros e treze centímetros (101,13m), com o lote número quinze (15) e parte com propriedade de José Ararê; a oeste, por trezentos e vinte e dois metros e dezesseis centímetros (322,16m), com o lote número quinze (6), da mesma quadra, conforme matrícula nº 35349, fls. 01 do Livro nº 2 do Registro Geral de Imóveis da 2ª Zona desta Cidade.

ô 1º Da área total descrita no "caput" são destinados 6.432,04m2 (seis mil, quatrocentos e trinta e dois metros e quatro decímetros quadrados), sem ônus, à Prefeitura Municipal, pela(o) proprietária(o), para ruas e passeios públicos.

ô 2º Além da área descrita no parágrafo anterior será adjudicada à Prefeitura Municipal, sem ônus, no ato do registro do Loteamento junto ao Ofício competente, a área de 4.797,19me (quatro mil, setecentos e noventa e sete metros e dezoito decímetros quadrados) correspondente a 15,00% (quinze por cento) da área total, para os fins estabelecidos pela Lei nº 3.300, de 29 de novembro de 1988, conforme consta do projeto com área verde cedida.

ô 3º A área do Loteamento denominada área dos quarteirões, destinada à venda, é de 20.748,02m2 (vinte mil, setecentos e quarenta e oito metros e dois decímetros quadrados).

ô 4º O número total de lotes é de 50 (cinquenta) todos com testada mínima de 12,00 metros, sendo o lote com menor área de 360,00 (trezentos e sessenta) metros quadrados para mais.

Art. 2º O Loteamento de que trata o presente Decreto é autorizado mediante as condições constantes do Termo de Compromisso firmado pelo (a) proprietário (a) e arquivado na Secretaria do Desenvolvimento Urbano: com o seguinte teor:

"TERMO DE COMPROMISSO"
Pelo presente Termo de Compromisso EDUARDO CLEMENTE ZANOL, DIRCEU ZANOL, ANGELA MARIA ZANOL, LIZETE MARIA ZANOL, CELSO RANCAN, CLAIRE GERTRUDES ZANOL RANCAN, JOSÉ ALFREDO BOFF, INES ZANOL BOFF, JOSÉ VALDIR DE ARAÚJO, SALETE ZANOL DE ARAÚJO, DIRCEU LUIZ GAVIRAGHI, MARIA LURDES GAVIRAGHI, RENATO ANTÔNIO KUQUERT, ISOLDA ZANOL KUQUERT, ARI KICH, JUREMA ZANOL RECH, ANTÔNIO JOSÉ RECH E IOLANDA ZANOL RECH, representados por seu procurador JOÃO ZANOL, brasileiro, cadado, motorista aposentado, CPF 010.830.310/15, residente e domiciliado nesta cidade, assumam a responsabilidade de realizar as suas expensas as obras necessárias à urbanização do parcelamento de uma gleba de terras urbanas de sua propriedade de 31.077,25m2 constituído pelo atual lote urbano nº 05 da quadra nº 3215, com frente para a rua Padre Gerônimo Rossi, na região administrativa de Ana Rech no quarteirão formado pelas Ruas João Zanol, Rua Padre Gerônimo Rossi, Rua sem denominação oficial, limite da quadra 3216 e limite do perímetro urbano, que levará o nome de Loteamento Residencial Vista do Sol.

As obrigações decorrem da Lei nº 3.300, que rege a implantação de loteamentos no município, que signatários propõem-se a cumprir na íntegra o abaixo especificado e que serão executadas na forma do presente Termo de Compromisso, mediante supervisão e fiscalização dos setores competentes da Municipalidade, e em consonância com os projetos aprovados:

Auditora e canalização de águas: A canalização será em tubos de PVC, classe 15, ponta e bolsa e anel de borracha. Quando à implantação da rede, será executada de acordo com as especificações e projeto aprovado pelo SAMAE.

Rede elétrica e de iluminação pública: Será executada de acordo com as normas da RGE - Rio Grande Energia (antiga CEEE), sendo usados postes de madeira sempre que esta os permitir.

Rede de esgoto pluvial: Será em tubos de cimento, as travessias serão em tubos de cimento armado, com dimensões constantes do projeto e memorial descritivo específico.

Abertura de ruas: Todas as ruas deste Loteamento serão totalmente abertas de acordo com projeto e greides apresentados, revestidas com camada de brita.

A área institucional será cercada com, no mínimo, cinco fios de arame farpado galvanizado com palanques de cerne de eucalipto, deistanciados, no máximo, de três metros entre si, de acordo com o que prevê a lei vigente.

O prazo de conclusão das obras constantes dos itens "a" até "f" é de dois (02) anos, a contar da data da assinatura do Decreto de aprovação do Loteamento, conforme determina a Lei Federal nº 6766/79, artigo 18, inciso V.

Os signatários se comprometem a concluir integralmente todos os serviços de urbanização mencionados, antes de receber o valor da metade de todos os terrenos, considerados separadamente e que deverá constar dos Contratos de Compra e Venda, conforme determina a Lei nº 3.300/98 em seu artigo 57, incisos I a IV e parágrafo único.

Todas as obras de infra-estrutura do Loteamento, assim como a área verde e as áreas viárias, serão transferidas ao Município na forma da Lei nº 3.300/88.

Aprovado o projeto de Loteamento, os signatários se comprometem a efetuar o seu registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo determinado pelo Decreto de aprovação do mesmo.

Para garantia da execução das obrigações constantes do presente Termo de Compromisso, os signatários propõem a hipoteca dos seguintes lotes: 01 ao 10 da quadra A em favor do município, os quais correspondem a 20% do total dos lotes, conforme exige a Lei nº 3.300/88, em seu artigo 33, parágrafo 1º.

E para fiel cumprimento das determinações das Leis vigentes e inseridas no presente Termo de Compromisso, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Caxias do Sul, 11 de dezembro de 1997.
Proprietários:
Eduardo Clemente Zanol e outros
P/P João Zanol
Responsável técnico:
Nelci Luiz Ferreira
Arquiteto - CREA 47364"
Art. 3º As obrigações decorrentes da Lei Municipal nº 3.300, de 29 de novembro de 1988, além das já fixadas, que o (a) proprietário (a) do Loteamento propõem-se cumprir, serão executadas na forma da referida Lei, deste Decreto e mediante supervisão e fiscalização da Prefeitura Municipal.

Art. 4º O presente Loteamento foi inscrito no Livro de Registro de Loteamento sob nº 292, da Secretaria do Desenvolvimento Urbano, em 23 de junho de 1998.

Art. 5º Sobre a área do Loteamento aprovado inexistem quaisquer direitos reais previstos pelo artigo 674 do Código Civil Brasileiro, conforme certidão negativa fornecida pelo Ofício de Imóveis da 2ª Zona desta Cidade.

Parágrafo único. Excetua-se das disposições do "caput" a hipoteca em favor do Município, dos lotes descritos no artigo 2º, Termo de Compromisso.

Art. 6º Dentro dos prazos previstos na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, EDUARDO CLEMENTE ZANOL E OUTROS comprometem-se a adotar todos os procedimentos legais nela fixados, sob pena de caducidade do presente Decreto de aprovação de Loteamento.

ô 1º O (a) proprietário(a) do Loteamento de que trata este Decreto fica obrigado, sob pena de revogação do presente ato, a cumprir com o disposto no artigo 18 da Lei referida no "caput" do presente artigo.

ô 2º Ocorrendo a hipótese de que trata o artigo 38 da Lei referida no "caput" do presente artigo, deverão os adquirentes de lotes procederem na forma estabelecida pela citada Lei.

ô 3º Ao adotar o procedimento de que trata o ô 1º deste artigo, o (a) Loteador(a) requererá, no mesmo ato, ao Oficial de Imóveis, que se cumpra o disposto no artigo 22 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, obedecidas as normas do artigo 19, especialmente de seu ô 5º.

ô 4º O (a) Loteador(a) obriga-se a cumprir e respeitar todos os termos emanados da Lei Municipal nº 3.300, de 29 de novembro de 1988, deste Decreto, e da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sob pena de caducidade da aprovação do Loteamento.

Art. 7º Transcorridos os prazos fixados pela Prefeitura Municipal para realização das condições impostas pela Lei de Loteamentos de Caxias do Sul, e não concluídos conforme prometido pelo (a) proprietário (a), o promitente comprador deverá suspender o pagamento das prestações ao promitente vendedor, passando a depositá-la em nome e à disposição da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, em estabelecimento bancário por ela indicado, com sede

ou agência no Município. O recibo de depósito valerá como quitação de prestação contratual depositada para todos os efeitos.

Art. 8º Os lotes propostos como garantia à execução das obras referidas no artigo 2º, Termo de Compromisso, do presente Decreto, deverão ter sua escritura pública de hipoteca entregue ao Poder Público Municipal no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 9º Os prazos estabelecidos pelo Município e prometidos pelo (a) Loteador (a), com respeito às obras de urbanização, começam a fluir e contar da data de publicação do presente Decreto.

Art. 10. O presente Decreto de aprovação de Loteamento somente produzirá efeitos legais com a competente inscrição no registro de Imóveis, em nome do Município de Caxias do Sul, dos imóveis descritos nos ôs 1º e 2º do art. 1º, bem assim com a inscrição no mesmo Registro, da hipoteca em garantia de execução das obrigações postas no competente Termo de Compromisso que trata o art. 2º, relativamente a 10 lotes referidos na parte final do citado termo.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 23 de junho de 1998.
Gilberto José Spier Varga
PREFEITO MUNICIPAL
Marisa Formolo Dalla Vecchia
SECRETARIA-GERAL
Edio Elói Frizzo
SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Caxias do Sul
Rua Alfredo Chaves, 1323 - Cep. 95020-460
Caxias do Sul-RS

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 200/A

26 de junho de 1998.
Designa representação para participar do XV CONGRESSO NACIONAL DE VEREADORES, que se realizará nos dias 30 de junho, 1º e 2 de julho de 1998.

A Mesa da Câmara Municipal de Caxias do Sul, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno,

RESOLVE:
Art. 1º Designar representação de dois Vereadores para participar do XV CONGRESSO NACIONAL DE VEREADORES, que se realizará nos dias 30 de junho, 1º e 2 de julho de 1998, em Vitória-ES

Art. 2º Conceder aos Vereadores o valor correspondente a duas diárias com pernoite, conforme legislação vigente nesta data, bem como às despesas com taxas de inscrição, transporte aéreo e rodoviário.

Art. 3º Para fins de remuneração será computada presença aos Vereadores indicados para esta representação.

Art. 4º Esta Resolução de Mesa entra em vior nesta data.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 26 de junho de 1998.
VER. RENATO PAESE,
PRESIDENTE
VER. AIRTON CIRO DE CARVALHO,
1º VICE-PRESIDENTE
VER. EDSON HUMBERTO NESPOLO,
2º VICE-PRESIDENTE
VE. DEO DEODATO GOMES,
1º SECRETÁRIO
VER. GETÚLIO PAULO DEMORI,
2º SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 201/A

30 de junho de 1998.
Altera o horário de funcionamento da Câmara Municipal no dia 03 de julho de 1998, em razão do jogo da Seleção Brasileira de Futebol.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, no exercício de suas atribuições, em face da participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo e no sentido de propiciar que seus servidores possam assistir ao respectivo jogo,

RESOLVE:
Art. 1º O expediente no dia 03 de julho de 1998 encerrará às 15 horas.

Art. 2º O horário de trabalho será compensado na forma a ser estabelecida pela Mesa Diretora.

Art. 3º Esta Resolução de Mesa entra em vigor nesta data.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 30 de junho de 1998.
VER. RENATO PAESE,
PRESIDENTE
VER. AIRTON CIRO DE CARVALHO,
1º VICE-PRESIDENTE
VER. EDSON H. NESPOLO,
2º VICE-PRESIDENTE
VE. DEO DEODATO GOMES,
1º SECRETÁRIO
VER. GETÚLIO P. DEMORI,
2º SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 202/A

10 de julho de 1998.
Designa o Presidente do Legislativo, Vereador Renato Paese, para visita à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre-RS

A Mesa da Câmara Municipal de Caxias do Sul, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o Vereador Renato Paese para visita à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no dia 13 de julho de 1998.

Art. 2º Conceder ao Vereador o valor correspondente a uma diária, conforme legislação vigente nesta data.

Art. 3º Esta Resolução de Mesa entra em vigor nesta data.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 10 de julho de 1998.
VER. RENATO PAESE,
PRESIDENTE
VER. AIRTON CIRO DE CARVALHO,
1º VICE-PRESIDENTE
VER. EDSON HUMBERTO NESPOLO,
2º VICE-PRESIDENTE
VER. DEO DEODATO GOMES,
1º SECRETÁRIO
VER. GETÚLIO PAULO DEMORI,
2º SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 1.217/98A

Nomeia Assessora Legislativa
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que a Lei lhe confere, nomeia, a contar desta data, a Srta. VALTÍVIA AMBROSI DALL'AGNOL, por ter sido aprovada em 2º lugar no Concurso Público homologado em 11 de março de 1998, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assessora Legislativa, Padrão 14, conforme Resolução 45/A, de 26 de junho de 1996, para cumprir estágio probatório.

Registre-se e Cumpra-se.
CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL, em 01 de julho de 1998.
VEREADOR RENATO PAESE,
PRESIDENTE
EDSON STANLEY RECH,
CHEFE DO SETOR DE PESSOAL